



FERTILIZANTES HERINGER S.A.

**MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29
DE ABRIL DE 2025**

ÍNDICE

1.	Mensagem da Administração	Página 3
2.	Orientações para Participação	Página 4
3.	Cópia do Edital de Convocação	Página 13
4.	Proposta da Administração	Página 18
4.A.	ANEXO I – Comentários dos Diretores (Item 2 do Formulário de Referência).	Página 23
4.B.	ANEXO II – Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024 e Relatório Anual do Comitê de Auditoria não estatutário.	Página 44
4.C.	ANEXO III – Remuneração Global da Administração (Item 8 do Formulário de Referência).	Página 45

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado Acionista,

O presente Manual tem por objetivo prestar esclarecimentos a Vossas Senhorias acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia" ou "AGO") da **FERTILIZANTES HERINGER S.A.** ("Companhia" ou "Heringer") a ser realizada, em primeira convocação, conforme abaixo:

Data: 29 de abril de 2025

Horário (Brasília): 09:00 horas

A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), através da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), sem a possibilidade de comparecimento físico, conforme os termos do Edital de Convocação que integra o presente Manual.

Para fins do artigo 5º, §4º da Resolução CVM 81, a Companhia optou pela realização da AGO de modo exclusivamente digital para promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos, sendo a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias.

Tendo em vista que este é um momento importante para esclarecer dúvidas e, acima de tudo, para exercer seu direito de voto e participar ativamente das decisões sobre temas relevantes da Companhia, seguem abaixo informações a respeito dos procedimentos e prazos relativos à AGO, incluindo o exercício de voto por meio do boletim de voto a distância ou pela participação por meio da Plataforma Digital, bem como a apresentação das propostas da Administração para cada uma das matérias objeto de deliberação.

O presente documento poderá ser atualizado caso haja qualquer complementação ou modificação nas propostas da Administração aqui contidas. As atualizações serão sempre devidamente divulgadas por meio de Comunicado ao Mercado a ser disponibilizado no site da CVM via Sistema IPE.

Para facilitar sua análise e apreciação das matérias a serem deliberadas na AGO, integram este Manual todos os documentos referentes às matérias constantes no Edital de Convocação, em atenção às exigências da Resolução CVM 81.

Atenciosamente,
Paulínia, 28 de março de 2025

Dmitry Boldyrev
Presidente do Conselho de Administração

2. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Assembleia Geral Ordinária

A Assembleia Geral Ordinária consiste na reunião anual obrigatória dos acionistas da Companhia, realizada sempre nos primeiros 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, conforme determinado pelo art. 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e tem por finalidades principais tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do resultado do exercício, bem como sobre a fixação da remuneração global anual para os integrantes da Administração.

2.2. Instalação

Nos termos do artigo 125 da Lei das S.A., para a instalação da Assembleia em primeira convocação, será necessário o comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais, detentores de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto.

Caso não se atinja o quórum de instalação previsto acima, proceder-se-á à nova convocação, por meio da publicação de novo Edital de Convocação, anunciando a nova data para realização da Assembleia em segunda convocação, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, sendo a Assembleia instalada mediante a presença de qualquer número de acionistas.

2.3. Deliberação

A aprovação das matérias a serem apreciadas na AGO dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do Art. 129 da Lei das S.A.

2.4. Participação e Representação

Os acionistas poderão participar da Assembleia (i) votando a distância nas matérias da ordem do dia, por meio de envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos da Resolução CVM 81 (“Boletim de Voto”); e (ii) via Plataforma Digital, pessoalmente ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão (a) simplesmente participar da Assembleia, tendo ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tiver enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto para aquele acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), serão desconsideradas.

Adicionalmente, cabe ressaltar que a Plataforma Digital permite o cadastro e participação simultâneos dos acionistas e seus respectivos representantes legais e, para que tal participação simultânea seja possível, será necessário realizar um cadastro para o acionista e outro para seu representante legal, sendo certo que um dos cadastros terá acesso de “acionista” com a permissão de votação, e o outro cadastro terá acesso de “ouvinte”, sem permissão para votar.

Nos termos do artigo 26, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, ou seu substituto, e o secretário será escolhido pelo Presidente da Assembleia entre os presentes, acionistas ou não.

É facultado a qualquer acionista constituir procurador para que o represente na Assembleia e vote em seu nome.

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 654 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sem necessidade de reconhecimento da firma do outorgante.

Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome nas contas de depósito na instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, conforme o que dispõe o artigo 126 da Lei das S.A.

Vale destacar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo 1º do artigo 126 Lei das S.A.; e (b) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão ser representadas na forma de seus documentos societários, por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil.

A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos, bem como tradução simples de documentos redigidos em língua estrangeira, conforme o caso, por meio da Plataforma Digital, no seguinte link: <https://assembleia.ten.com.br/745787811>.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

2.5. Acionista presente por meio da Plataforma Eletrônica

Com base na Resolução CVM 81, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings. Os acionistas que participarem por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia serão considerados presentes à Assembleia, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, nos termos do artigo 48 da Resolução CVM 81, sendo considerados assinantes da respectiva ata, nos termos do artigo 47, §1º da Resolução CVM 81.

Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os acionistas deverão acessar o seguinte link: <https://assembleia.ten.com.br/745787811>, no qual devem preencher o seu cadastro, criar seu login e senha e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 27 de abril de 2025. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá uma mensagem de confirmação de que seu cadastro foi realizado com sucesso e poderá acessar a plataforma por meio dos seus dados de login e senha cadastrados.

A documentação necessária para a realização do cadastro consiste na cópia simples dos: **(i)** documentos indicados nos itens 2.5.1 a 2.5.4 abaixo; e **(ii)** instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista.

A Companhia não exigirá cópias autenticadas, nem reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro ou a notarização, legalização/apostilamento e registro no Registro de Títulos e Documentos no Brasil daqueles assinados fora do país, porém a tradução simples de referidos documentos estrangeiros continuará sendo exigida. A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (“Código Penal”).

O acionista que tenha realizado o cadastro e não tenha recebido e-mail com a confirmação para participação na Assembleia até às 12:00 horas do dia 28 de abril de 2025, deverá entrar em contato com a Companhia até às 14:00 horas do mesmo dia 28 de abril de 2025, pelo e-mail ri@heringer.com.br, a fim de que lhe seja confirmado seu cadastro.

O acesso a ser criado para o Acionista é pessoal e intransferível, e não poderá ser compartilhado com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista.

Os acionistas que tenham se cadastrado para participar da Assembleia pela Plataforma Digital ou seus procuradores, conforme o caso, se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da Assembleia, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia.

Ressalte-se que a Plataforma Digital atende aos requisitos previstos no artigo 28, §1º da Resolução CVM 81, quais sejam: **(i)** a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; **(ii)** a gravação integral, pela Companhia, da Assembleia; e **(iii)** a possibilidade de comunicação entre os acionistas presentes.

Para assegurar também a autenticidade e segurança da Assembleia, a Companhia informa que esta será integralmente gravada.

Assim, os acionistas que ingressarem na Plataforma Digital autorizam, desde já, que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia para: **(i)** registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a Assembleia; **(ii)** registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a Assembleia; **(iii)** registro da presença e dos votos proferidos pelos acionistas participantes; **(iv)** cumprimento de ordem legal de autoridades competentes; e **(v)** defesa da Companhia, seus administradores e terceiros contratados, em qualquer esfera judicial, arbitral, regulatória ou administrativa.

O acionista que deseje se manifestar sobre determinada matéria da Ordem do Dia da Assembleia deverá utilizar a Plataforma Digital para cadastrar tal pedido, de forma que, na ordem em que forem recebidos pela mesa, seja dada a palavra a tal acionista, através da abertura de seu áudio. Com o objetivo de manter o bom andamento da Assembleia, poderá ser estabelecido um tempo máximo para a manifestação de cada acionista participante.

Os acionistas presentes deverão, ainda, em benefício da qualidade do som, manter os seus microfones desligados, acionando-os somente quando precisarem se manifestar oralmente.

Eventuais manifestações realizadas por escrito, enviadas à mesa da Assembleia para o e-mail ri@heringer.com.br até o final da Assembleia, por qualquer Acionista ou seu procurador, serão anexadas à respectiva ata, caso haja solicitação expressa.

O acionista participante que quiser fazer uso da palavra para realizar manifestação sobre qualquer assunto não relacionado à ordem do dia da Assembleia deve utilizar os canais usuais de contato com a Companhia, por meio da área de Relações com Investidores.

A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital.

A Companhia recomenda que os acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da referida plataforma, por vídeo e áudio e também realizem o cadastro completo na plataforma com a maior brevidade possível, pois o mesmo ainda será validado pela Companhia.

A Companhia recomenda, ainda, que, no dia da Assembleia, os acionistas/participantes credenciados acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 60 (sessenta) minutos de antecedência ao horário previsto para início dos trabalhos da Assembleia.

Eventuais dúvidas ou esclarecimentos sobre as questões acima poderão ser dirimidos ou obtidos, conforme o caso, por meio de contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@heringer.com.br.

2.5.1. Acionista Pessoa Física

Os acionistas Pessoas Físicas deverão apresentar no cadastro, (a) cópia simples do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral “RG”, a Carteira Nacional de Habilitação “CNH”, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular), e (b) comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador e/ou pelo agente de custódia no período de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia.

2.5.2. Acionista Pessoa Jurídica

O representante do acionista Pessoa Jurídica deverá apresentar no cadastro (a) cópia simples do contrato ou estatuto social em vigor e documentação societária que comprove os poderes de representação (eleição de administradores); (b) cópia simples do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral “RG”, a Carteira Nacional de Habilitação “CNH”, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); e (c) comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador e/ou pelo agente de custódia no período de até 2 (dois) dias úteis antecedente à data da Assembleia.

2.5.3. Fundos de Investimentos

No tocante aos fundos de investimentos, a sua representação na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo deverá apresentar no cadastro (a) cópia simples do último regulamento consolidado do fundo, do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme aplicável, e da documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores/administração); (b) cópia simples do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral “RG”, a Carteira Nacional de Habilitação “CNH”, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); e (c) comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador e/ou pelo agente de custódia no período de até 2 (dois) dias úteis antecedente à data da Assembleia.

2.5.4. Acionistas Estrangeiros

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar no cadastro os mesmos documentos aplicáveis aos acionistas brasileiros, os quais deverão traduzidos para o português (dispensando-se a necessidade de tradução por tradutor público juramentado no Brasil).

2.6. Voto a Distância

Nos termos do §1º do artigo 26 e do artigo 28 da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem o Boletim de Voto por meio de seus respectivos agentes de custódia, da Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia. A

Companhia disponibilizará para a Assembleia a possibilidade de participação a distância por meio Boletim de Voto, cujo modelo foi disponibilizado nos websites da Companhia (www.heringer.com.br/ri), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (www.b3.com.br).

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá preencher os campos próprios do Boletim de Voto, assiná-lo e enviá-lo através de uma das opções abaixo descritas:

2.6.1. Mediante instruções de voto transmitidos pelos acionistas aos seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Central Depositária da B3:

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras ("Agentes de Custódia") na Central Depositária da B3.

O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante (i) a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esse último, que, na sequência, encaminhará tais manifestações de voto à Central Depositária da B3; ou (ii) a transmissão de sua instrução de voto diretamente à Central Depositária da B3. Para isso, o acionista deverá entrar em contato com seus Agentes de Custódia ou com a Central Depositária, conforme o caso, e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para a transmissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações exigidos.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim de Voto é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

A Companhia informa que, caso o respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância, o acionista terá a opção de enviar seu Boletim de Voto e documentos aplicáveis diretamente à Central Depositária da B3 ou à própria Companhia, conforme o item 2.6.3 abaixo. A Companhia não é responsável pela comunicação entre os acionistas e seus respectivos Agentes de Custódia.

Os Agentes de Custódia encaminharão as manifestações de voto por eles recebidas à Central Depositária da B3 que, por sua vez, gerará um mapa de votação a ser enviado à Companhia. Vale notar que, conforme determinado pela Resolução CVM 81, a Central Depositária da B3, ao receber os votos dos acionistas por meio de seus respectivos Agentes de Custódia, desconsiderará eventuais votos divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidos pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

2.6.2. Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas ao escriturador das ações da Companhia:

Os acionistas cujas ações não estejam depositadas na Central Depositária poderão encaminhar os seus Boletins de Voto para o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”), agente escriturador das ações da Companhia. Os acionistas que desejarem utilizar esta opção deverão realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço: <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>.

O escriturador, em linha com a Resolução CVM 81, desconsiderará eventuais votos divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidos pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

2.6.3. Mediante envio do Boletim de Voto preenchido e assinado diretamente à Companhia, por meio da Plataforma Digital “Ten Meetings”:

O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio de envio do Boletim diretamente à Companhia deverá realizar o preenchimento e transmissão do Boletim por meio digital pela Plataforma Digital “Ten Meetings”, que será o único meio de envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, excluída a possibilidade de envio por correio postal ou eletrônico, nos termos do artigo 27, § 7º, da Resolução CVM 81.

Para tanto, os acionistas deverão acessar o endereço eletrônico: <https://assembleia.ten.com.br/745787811> e preencher, em até 4 dias antes da data da AGOE, ou seja, até 25 de abril de 2025, inclusive, os dados de cadastro para AGOE da Companhia. Após a conclusão do cadastro, e neste mesmo prazo (i.e., até 25 de abril de 2025, inclusive), os acionistas deverão preencher digitalmente os campos do Boletim, com as opções de voto para a AGOE, e realizar a confirmação dos votos, anexando cópia dos documentos indicados nos itens 2.5.1 a 2.5.4 acima.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação, não será considerado válido e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e

reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Resolução CVM 81.

Caso haja divergência entre eventual Boletim de Voto recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, o voto contido no mapa de votação do escriturador prevalecerá, ocasião em que o Boletim de Voto recebido diretamente pela Companhia será desconsiderado.

Será admitido o Boletim de Voto que for recebido pelo Itaú, pelo Agente de Custódia, pela Central Depositária da B3 ou pela Companhia por meio da Plataforma Digital até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 25 de abril de 2025 (inclusive), nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81. O Boletim de Voto que for entregue após este prazo será considerado inválido e não será processado pela Companhia. A Companhia considerará os campos não preenchidos como instrução equivalente à abstenção de voto em relação a tais matérias.

Após o decurso do prazo mencionado, caso remanesçam itens não preenchidos dos Boletins de Voto apresentados, a Companhia informa que os considerará como instrução equivalente à abstenção de voto em relação a tais matérias.

2.7. Conflito de Interesses

Os acionistas que possuírem eventual conflito de interesses em relação aos temas trazidos à deliberação da AGO ou que tenham sua independência comprometida deverão comunicar tal fato e abster-se da discussão e da votação da matéria. De igual modo, os acionistas presentes que tiverem ciência de conflito de interesse de outro acionista deverão manifestar-se.

Caso o acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o presidente da AGO deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave.

3. CÓPIA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88

Assembleia Geral Ordinária

Edital de Convocação

Ficam os Senhores acionistas da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") que será realizada, em primeira convocação, às **09:00h do dia 29 de abril de 2025, de modo exclusivamente digital**, nos termos do artigo 5º, §3º, e artigo 28, §2º, ambos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital") e com prazo de cadastramento até o final do dia 27 de abril de 2025, conforme artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, a fim de apreciarem e deliberarem sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, conforme descritas abaixo.

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Apreciar o Relatório Anual da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia e suas notas explicativas, apresentada em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Comitê de Auditoria não estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia, a ser paga até a data de realização da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia votarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como ratificar o valor total da remuneração do exercício imediatamente anterior.

Nos termos do artigo 125 da Lei das S.A., para a instalação da Assembleia em primeira convocação, será necessário o comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais, detentores de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto.

Caso o quórum acima não seja atingido, será divulgado novo edital de convocação informando a nova data para a realização da Assembleia em segunda convocação, com antecedência mínima

de 8 (oito) dias, devendo a Assembleia ser instalada nesta data com a presença de qualquer número de acionistas.

A aprovação das matérias a serem apreciadas na Assembleia dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do Art. 129 da Lei das S.A.

Instruções para Participação:

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: **(i) se pessoa natural**, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); **(ii) se pessoa jurídica**, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; **(iii) se fundo de investimento**, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista será realizada de forma exclusivamente virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, sem prejuízo do envio de boletim de voto a distância, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81, nos termos do artigo 5º, inciso III e do artigo 28, §2º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto a distância; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância e que deseje votar na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para tal, identificado por meio do número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), serão desconsideradas.

Para fins do artigo 5º, §4º da Resolução CVM 81, a Companhia optou pela realização da AGO de modo exclusivamente digital para promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos, sendo a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias.

Conforme dispõe o artigo 28, § 1º, da Resolução CVM 81, o sistema eletrônico assegurará o envio prévio do boletim de voto a distância, registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como, na hipótese de participação a distância: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii)

a possibilidade de comunicação entre acionistas.

Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o seguinte link <https://assembleia.ten.com.br/745787811>, no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, **até o dia 27 de abril de 2025**, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá uma mensagem de confirmação de que seu cadastro foi realizado com sucesso e poderá acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro.

Para fins de cadastro prévio, os acionistas deverão enviar por meio do link da Plataforma Digital vias digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia de documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (2) comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador e/ou pelo agente de custódia no período de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia; e (3) na hipótese de representação do acionista, cópia da procuração.

Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular.

O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar por meio do link da Plataforma Digital, vias digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia do contrato ou estatuto social; (2) cópia do ato societário de eleição do administrador (a) que comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b) outorgar a procuração para que o terceiro procurador represente a acionista pessoa jurídica na Assembleia; (3) cópia de documento hábil de identidade do representante; e (4) comprovante atualizado da titularidade do acionista representado, das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador e/ou pelo agente de custódia no período de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia.

No caso de acionistas que forem fundos de investimento, o representante deverá apresentar ainda, por meio do link da Plataforma Digital, vias digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia do último regulamento consolidado; (2) cópia da documentação que comprove os poderes do administrador ou gestor para representar o fundo em assembleias; (3) cópia da documentação referente à pessoa jurídica, na forma do parágrafo anterior, que comprove os poderes do representante do administrador ou gestor para representar o fundo de investimento; (4) cópia de documento hábil de identidade do representante; e (5)

comprovante atualizado da titularidade do acionista representado, das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador e/ou pelo agente de custódia no período de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia.

A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros. A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (“Código Penal”).

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas e seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo e modo fixados neste Edital de Convocação. A Companhia ressalta que não serão aceitos cadastros, envio de novos documentos, ou mesmo reapresentações, após o encerramento do prazo previsto para cadastro. Sendo assim, é indicado ao acionista ou representante que utilize uma margem de **3 dias de antecedência** do encerramento do prazo para a realização do cadastro com a apresentação de toda a documentação solicitada. Dessa forma, em caso de pendências, o acionista ou representante terá mais tempo hábil para providenciar as pendências e se manter no prazo.

Boletim de Voto a Distância

Caso o acionista opte pelo exercício do direito de voto através do boletim de voto a distância (“BVD”) disponibilizado pela Companhia nos termos da Resolução CVM 81, o acionista poderá enviar o BVD por meio dos seguintes canais: (1) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, transmitir as instruções de voto para o agente escriturador, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo mesmo, conforme informado no Manual para Participação na Assembleia; (2) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto (i) diretamente para a

Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; ou (ii) para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia, conforme informado no Manual para Participação na Assembleia¹; ou (3) diretamente à Companhia, por meio da Plataforma Digital, que será o único meio de envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, excluída a possibilidade de envio por correio postal ou eletrônico, nos termos do artigo 27, § 7º, da Resolução CVM 81. Para mais informações, vide orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia e do BVD.

Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como as orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia e do BVD publicados pela Companhia.

Caso o BVD seja enviado diretamente à Companhia por meio da Plataforma Digital, o acionista deverá respeitar as seguintes orientações: (1) acessar o seguinte site eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/745787811>; (2) cadastrar as documentações necessárias para participação, conforme explicado acima; (3) preencher os campos de opções de voto; e (4) confirmar o voto. Em qualquer hipótese, o prazo para a entrega do BVD e de todos os documentos necessários não poderá ultrapassar o prazo limite para recebimento do BVD, qual seja, **25 de abril de 2025**.

As demais orientações e informações para a participação virtual na Assembleia, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 e da Companhia (<https://ri.heringer.com.br/>).

Paulínia, 28 de março de 2025

Dmitry Boldyrev

Presidente do Conselho de Administração

¹ O envio do BVD por meio da Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão dispensa a necessidade de credenciamento prévio do acionista.

4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com as disposições previstas na Resolução CVM 81, no artigo 161 da Lei das S.A. e na Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022 (“Resolução CVM 70”), vem apresentar as seguintes propostas, apresentando os esclarecimentos necessários às matérias que devem ser deliberadas, para que os acionistas possam votar de forma consciente e informada na Assembleia, a ser realizada, em primeira convocação, em 29 de abril de 2025.

(i) Apreciar o Relatório Anual da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia e suas notas explicativas, apresentadas em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Comitê de Auditoria, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O relatório da administração, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer Comitê de Auditoria relativas ao exercício social encerrado o em 31 de dezembro de 2024 (“Demonstrações Financeiras”) podem ser encontrados em anexo ao presente documento (**Anexo II**), bem como nos websites da Companhia (<https://ri.heringer.com.br/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (www.b3.com.br) e na sede social da Companhia.

Em atendimento ao artigo 10, inciso III da Resolução CVM 81, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia (Seção 2 do Formulário de Referência - Comentários dos Diretores) se encontram no **Anexo I** desta Proposta.

Em atendimento ao artigo 10, inciso IV da Resolução CVM 81, o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras se encontra no **Anexo II** desta Proposta.

Em atendimento ao artigo 10, Parágrafo único, inciso III da Resolução CVM 81, o Relatório Anual do Comitê de Auditoria também se encontra no **Anexo II** desta Proposta.

O Conselho de Administração recomenda aos acionistas que examinem as Demonstrações Financeiras, os documentos que as compõem e o relatório da administração, juntamente com os comentários dos diretores constantes do **Anexo I**, e, caso necessário, esclareçam previamente suas dúvidas, a fim de deliberarem sobre sua aprovação. A Administração propõe a aprovação das contas dos administradores, do relatório da administração e das

Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria.

Conforme decisão do Colegiado da CVM de 27 de setembro de 2011, no Processo CVM RJ/2010-14687, as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81. Dessa maneira, ressaltamos que a destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não será objeto de deliberação na assembleia, uma vez que a Companhia apurou prejuízo em tal exercício.

(ii) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício de 2025, bem como ratificar o valor total da remuneração do exercício imediatamente anterior.

A administração propõe fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a ser paga até a data de realização da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia votarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 no montante de até R\$ 6.932.657,87 (seis milhões, novecentos e trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta e sete centavos).

Nos termos do artigo 10º do Estatuto Social, caberá ao Conselho de Administração alocar a remuneração entre seus membros e os membros da Diretoria. Para fins de informação, o Conselho de Administração pretende dividir a remuneração da seguinte forma: (i) Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento com remuneração no valor global total de até R\$ 568.400,00 (quinhentos e sessenta e oito mil reais e quatrocentos centavos); e (ii) Diretoria Estatutária com remuneração no valor global total de até R\$ 6.364.257,87 (seis milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta e sete centavos).

O valor da remuneração global anual dos administradores é recomendado pelo Conselho de Administração, que utiliza parâmetros do mercado e diretrizes dos planos de incentivo de longo prazo da Companhia. Nesse sentido a remuneração global anual é fixada visando a atingir os objetivos da prática de remuneração dos administradores da Companhia, gerando o incremento do desempenho e a retenção de nossos administradores.

As razões que justificam a composição da proposta de remuneração global para o exercício de 2025 são: (i) remuneração fixa calculada em razão das responsabilidades dos membros, considerando os seus cargos e as funções que desempenham, do tempo dedicado às suas funções e qualificação dos indivíduos, conforme as pesquisas de mercado realizadas pela Companhia; que pode ser acrescida de (ii) remuneração adicional a ser definida para cada circunstância, se qualquer um dos referidos membros exercer atividades adicionais em razão da

constituição de comitês especiais auxiliares temporários que possam ser constituídos pelo Conselho de Administração; e (iii) remuneração variável de curto prazo (correspondente à participação nos resultados), com pagamento anual vinculado aos resultados alcançados no exercício.

O incremento na proposta do valor global da remuneração para o exercício de 2025 para os membros da Diretoria da Companhia, está relacionado à atualização monetária dos valores propostos em exercícios anteriores, bem como de incentivos visando a retenção de membros da Diretoria.

De acordo com o entendimento manifestado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 8 de dezembro de 2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-109), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei das S.A., portanto, tais encargos não foram considerados para fins da proposta de remuneração global anual dos administradores ora submetida.

Em atendimento ao artigo 13 da Resolução CVM 81, as informações sobre remuneração dos administradores indicadas no item 8 do Formulário de Referência da Companhia se encontram no **Anexo III** desta Proposta da Administração.

Adicionalmente, a Administração da Companhia recomenda a ratificação da remuneração global paga à administração da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor total de R\$7.881.282,77 (sete milhões, oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos). O aumento do valor da remuneração foi decorrente, principalmente, das alterações de membros da administração da Companhia durante referido exercício.

(iii) Instalação do Conselho Fiscal

Apesar de não constar na ordem do dia da AGO, a lei faculta aos acionistas titulares com, no mínimo, 2% do total do capital social da Companhia solicitar a instalação do Conselho Fiscal, nos termos da Resolução CVM nº 70/22. Até a presente data, a Administração não recebeu pedido de instalação do Conselho Fiscal e recomenda o voto pela não solicitação da instalação desse órgão, por entender que o Comitê de Auditoria já desempenha adequadamente as funções de fiscalização, de forma que a instalação do Conselho Fiscal resultaria em aumento de custos sem benefícios claros.

Por exigência legal, o Boletim de Voto a Distância contém a seguinte pergunta simples:

“Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976?

[] Sim [] Não [] Abster-se”

A Companhia sugere que os acionistas votem “não” ou “abster-se” quanto à solicitação da instalação desse órgão, por entender que o Comitê de Auditoria, que tem como missão assegurar a operacionalização dos processos de auditoria interna e externa, dos mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos e a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio, já desempenha adequadamente as funções de fiscalização, dispensando a instalação do Conselho Fiscal, o que resultaria em aumento de custos sem benefícios claros.

A Administração informa que não houve solicitação de inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto a Distância, conforme permitido nos termos da Resolução CVM 81. Caso a Companhia receba indicações de candidatos ao Conselho Fiscal feitas por acionistas até **4 de abril de 2025**, ou seja, dentro do prazo de 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia, nos termos da Resolução CVM 81, o Boletim de Voto a Distância poderá ser reapresentado para inclusão dos candidatos.

Em não havendo candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto a Distância, os acionistas que optarem pelo voto a distância não terão condição de conhecer os nomes, currículos e outras informações relevantes de eventuais candidatos que venham a ser indicados posteriormente, até mesmo na própria Assembleia, bem como de participar da eleição, caso acionistas titulares com, no mínimo, 2% do total do capital social da Companhia votem a favor do pedido de instalação do Conselho Fiscal (considerando a soma dos votos presenciais e a distância).

Assim, para evitar o risco de que os acionistas que optarem pelo voto a distância inadvertidamente contribuam para a eleição de candidatos (i) indicados e apoiados por acionistas detentores de percentual ínfimo ou minimamente representativo do capital, e/ou (ii) cujos nomes e currículos e outras informações relevantes para uma decisão informada não tenham sido divulgados quando do preenchimento do Boletim de Voto à Distância, sugerimos que os acionistas que optarem pelo voto a distância votem “abster-se”, de forma que suas ações não sejam computadas para fins de requerimento de instalação do Conselho Fiscal.

O OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP (“Ofício”), o qual estabelece orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, incluindo os preparativos para a AGO, chama a atenção para a possibilidade de acionistas alcançarem o quórum para a instalação do Conselho Fiscal, caso em que, uma vez instalado o conselho, a eleição de membros torna-se obrigatória. Conforme recomendado no Ofício em apreço, a fim viabilizar a eleição, orientamos os acionistas no sentido de estarem preparados para este cenário na AGO.

**ANEXO I À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO QUE SERÁ SUBMETIDA À ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

2. Comentários dos diretores

As avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção desse órgão de gestão sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras relativas: (i) aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

2.1. A respeito de cada um dos itens listados abaixo, os Diretores comentam o quanto segue:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a Heringer apresentou um volume de entregas de 2.109 milhões de toneladas de fertilizantes, o que representou uma redução de 8,1% se comparado ao volume de entregas ocorrido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, que foi de 2.294 milhões de toneladas. Em decorrência, especialmente, da redução no volume de entregas, receita líquida no exercício de 2024 foi de R\$ 4.608,6 milhões, inferior em cerca de 13% quando comparada com a receita líquida apurada em 2023, de R\$ 5.335,7 milhões.

Com base nas demonstrações financeiras, os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de retomada e otimização de suas operações e de investimento em 2025, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Os Diretores destacam, no entanto, que essas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e o crescimento da economia brasileira e mundial.

Na tabela 2.1 (a) abaixo são encontrados os principais indicadores de liquidez e financeiros da Companhia:

Preço / Lucro	-0,2892	-1,1040
---------------	---------	---------

b) estrutura de capital

Na tabela 2.1 (b) abaixo, pode-se verificar a composição da estrutura de capital da Companhia para os períodos findos em 2024 e 2023, considerando-se como percentual de capital (i) próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido, e (ii) de terceiros o

valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$1,1 bilhões, comparativamente a R\$ 7,5 milhões positivo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Tabela 2.1 (b)

<i>(em R\$ milhões, exceto %)</i>	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024	AV	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023
Passivo (circulante e não circulante)	4.263,1	136,8%	2.995,9
Total do patrimônio líquido	-1.147,2	-36,8%	7,5
Total do passivo e patrimônio líquido	3.115,9	100,0%	3.003,4

Na avaliação dos Diretores da Companhia, a atual estrutura de capital apresenta um nível de alavancagem considerado como ponto de atenção. Ao avaliar as principais mutações do patrimônio líquido, podemos destacar os efeitos do resultado acumulado da Companhia.

A Administração da Companhia entende que as linhas de crédito que possui junto a diversas instituições financeiras e a geração de recursos durante o ano em curso são suficientes para manutenção do negócio. Vale ressaltar que a partir de 31 de março de 2022, a Companhia passou a ser controlada por uma empresa global e produtora de fertilizantes, reforçando a continuidade operacional.

- c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Com a reestruturação da Companhia, aprovação do Plano de Recuperação Judicial e desde que as condições econômicas e de mercado fiquem favoráveis, a Diretoria acredita que com a geração de caixa operacional e com as diretrizes do plano de recuperação, seja possível honrar os compromissos financeiros assumidos. Vale ressaltar que a partir de 31 de março de 2022, a Companhia passou a ser controlada por um Grupo global, produtor de fertilizantes, e, tal fato, reforça a continuidade operacional.

A Administração efetua periodicamente análise de liquidez para as rubricas de caixa e equivalentes de caixa; contas a receber; estoques; contas a pagar e empréstimos, todas de curto prazo. A Companhia vem performando adequadamente os saldos das contas a receber de clientes; as contas a pagar para fornecedores estão centralizadas em partes relacionadas no percentual de 76%, considerando que o grupo Eurochem é um produtor de fertilizantes e vem suportando o capital de giro da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo em R\$ 231.499.

- d) fontes de financiamento para o capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento da Companhia para capital de giro e investimento em ativos não-circulantes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram a geração de caixa operacional, prazos de fornecedores, complementadas pelas operações de capital de giro no curto prazo (que se referem basicamente a fomentos mercantis e operações de desconto de recebíveis de curto com regresso, lastro nota fiscal).

- e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para a cobertura de deficiências de liquidez

Para a gestão do capital de giro de curto prazo, a Companhia pode utilizar-se de prazos de compra de fornecedores nacionais e de fornecedores internacionais, de linhas créditos de financiamentos de importações, de linhas de crédito para capital de giro junto ao mercado financeiro e de emissão de dívida no mercado local ou internacional (debêntures, bonds, entre outros).

Para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia poderá utilizar-se de linhas de longo prazo tais como: BNDES, linhas de financiamento de institutos multilaterais, emissão de dívida, entre outros.

- f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não houve novos contratos de financiamentos de importação, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nos dois últimos exercícios sociais, não houve novos contratos de financiamentos de importação. O capital de giro para suportar as operações veio de antecipações de recebíveis e concessão de prazos por parte de fornecedores de matérias-primas. Os contratos de empréstimo e financiamento estão apresentados na tabela abaixo:

Moeda nacional	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Capital de giro (a)	TR + 4% a.a.	TR + 4% a.a.	23.129	19.058
Convênio produtor rural (b)	15,60% a.a.	15,60% a.a.	1.445	6.638
			24.574	25.696
Circulante			24.574	25.696
Não circulante			-	-
			24.574	25.696

(a) Capital de giro

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a Companhia reconheceu empréstimos ao qual é coobrigada a pagar, em caso de eventual inadimplência.

(b) Convênio produtor rural

Refere-se à operação de barter junto com trading de café do estado de Minas Gerais, ao qual a companhia é avalista do produtor rural, mediante emissão de CPR (cédula do produtor rural) de café geralmente com vencimento de um ano. A operação se encerra após confirmação da entrega das sacas de café pela trading, onde a Companhia realiza encontro de contas entre contas a receber e empréstimos. Caso não seja honrada a CPR, a companhia reliza a devolução do recurso recebido antecipadamente e procede com a cobrança para liquidação do montante a receber.

O Plano de Recuperação Judicial da Companhia apresenta as dívidas em classes de acordo com a Lei nº 11.101/2005 – Lei de Recuperação Judicial, demonstradas no quadro 2.1 (ii) abaixo:

Quadro 2.1 (ii)

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Classe II – Garantia Real	186.520	156.842
Classe III – Quirografários	308.585	200.969
	495.105	357.811
Circulante	94.734	49.577
Não circulante	400.371	308.234

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não possuímos em nosso passivo não circulante outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item 2.1(f)(i) do Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Total (R\$ mil)	75.273	86.734	147.559	73.941	383.507
-----------------	--------	--------	---------	--------	---------

As dívidas estão subordinadas da seguinte forma: (a) com garantia real; (b) com garantia flutuante; (c) dívidas quirografárias, sendo que, dentre essas tem direito de precedência o crédito referente ao pagamento antecipado de clientes.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

(i) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável.

(ii) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Não aplicável.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Demonstrações do Resultado

--	--	--	--	--	--

Descrição das principais contas da Demonstração do Resultado:

Receita líquida de vendas

Em 2024, foi de R\$ 4.6 bilhões, inferior em cerca de 13,6% quando comparada à de 2023 que foi de R\$ 5.3 bilhões. Essa redução deve-se, especialmente, à queda no volume entregue em 2024 quando comparado a 2023.

Custo dos produtos vendidos

Em 2024, o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 4.4 bilhões, cerca de 16% inferior a 2023 que foi de R\$ 5.3 bilhões, representando 97,1% da receita líquida, especialmente em decorrência também da redução dos volumes entregues, assim como, estabilidade nos preços das matérias-primas para o exercício de 2024

Lucro Bruto

Em 2024, o lucro bruto foi de R\$ 131,9 milhões, representando um aumento de 1.451,3% em relação aos R\$ 8,5 milhões de 2023, e equivalente a 2,9% da receita líquida. Essa variação decorreu, principalmente, devido ao foco da Companhia em vendas de produtos premium, visando maior rentabilidade.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2024, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 769,9 milhões, uma variação de 3.356,7% em relação ao resultado financeiro líquido negativo de R\$ 22,3 milhões de 2023, especialmente em decorrência da desvalorização do real perante o dólar, que foi de cerca de 28%, o que contribuiu para que o ano encerra-se com variação cambial líquida negativa.

Resultado líquido do exercício

Em 2024, o resultado líquido foi negativo em R\$ 1.154,7 milhões, uma variação de 219,9% em relação ao resultado líquido negativo de R\$ 361,0 milhões de 2023, impactado principalmente pelo resultado financeiro líquido.

Fluxo de Caixa

Variação do caixa no período	57.473	(21.461)	-367,8%
-------------------------------------	---------------	-----------------	----------------

As despesas que não afetam o caixa em 2024 foram cerca de 358,3% superiores às de 2023, principalmente compostas por juros e variação cambial não realizada. Além disso:

- Redução nas contas do ativo, em 2024 no valor de R\$ 29,5 milhões e em 2023 de R\$ 8,9 milhões, deve-se principalmente à redução na conta de estoques e contas a receber;
- Aumento nas contas do passivo, em 2024 no valor de R\$ 478,9 milhões e em 2023 de R\$ 331,4 milhões, são compostas principalmente por fornecedores;

- Fluxo de caixa das atividades de investimento no valor de R\$ 151,2 milhões, superior em mais de 2% quando comparado ao fluxo de caixa de R\$ 148,1 milhões em 2023, principalmente composto por obras para adequação das unidades, principalmente para atender normas de segurança e contratos de leasing;
- Fluxo de caixa negativo das atividades de financiamento, no valor de R\$ 22,8 milhões em 2024, comparado ao fluxo de caixa positivo das atividades de financiamento de R\$ 15,5 milhões em 2023.

2.2. Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os Administradores da Companhia entendem que a Receita bruta de vendas da Companhia advém principalmente da comercialização e distribuição de fertilizantes básicos, e produção, comercialização e distribuição de fórmulas NPK (nitrogenados, fosfatados e potássicos) e fertilizantes especiais a produtores rurais, empresas agrícolas, empresas comerciais e cooperativas, localizados em todo território nacional.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No decorrer do ano a Companhia performou melhores margens nas vendas realizadas, com isso, o lucro bruto em 2024 apresentou uma importante melhora quando comparado ao exercício de 2023. O lucro bruto significativamente melhor, é decorrente da estratégia da Companhia em foco nos produtos premium que são mais rentáveis. Apesar de um incremento na provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia reduziu as despesas comerciais, fato que impactou positivamente o resultado operacional da Companhia.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia atua no mercado de fertilizantes, que por sua vez tem seus preços de compras das matérias primas indexado ao dólar, bem como aos preços de matérias primas de fertilizantes no mercado local e internacional. Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

A receita líquida sofreu uma redução de cerca de 13,6% em relação ao mesmo período de 2023, mas houve uma recuperação da margem quando comparado ao ano de 2023, mesmo diante da redução do volume entregue.

- c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

O resultado operacional da Companhia é afetado pela variação dos preços internacionais das matérias primas em dólares, pela variação do câmbio no custo dos produtos vendidos e no resultado financeiro. Em 2024, o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 4.476,7 bilhões, 16% inferior ao montante de R\$ 5.327,1 bilhões de 2023, representando 97,1% da receita líquida.

Em 2024, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 769,9 milhões, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 22,2 milhões de 2023.

2.3. Os diretores devem comentar:

- a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Nos exercícios sociais de 2024 e 2023 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

- b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos exercícios sociais de 2024, 2023 e 2022 não existiram opiniões modificadas ou ênfases nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de segmento operacional.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia.

- c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não houve eventos ou operações não usuais.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza-se das seguintes medições não contábeis, conforme tabela 2.5 (a):

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
EBITDA	-192.156	-322.135
Margem EBITDA	-4,17%	-6,04%

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”). O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido, adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social, pelas receitas (despesas) financeiras líquidas e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas. Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras empresas o adotarão. Nesse sentido, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e a Margem EBITDA apresentados por outras empresas. O EBITDA e a Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), não sendo, portanto, medidas de lucratividade. Adicionalmente, o EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos.

O EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que afetam o seu uso como indicador de rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos ao seu negócio, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente o resultado operacional, tais como o resultado financeiro, o imposto de renda e contribuição social e o custo e despesas de depreciação e amortização.

- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela 2.5 (b) abaixo demonstra a reconciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras da controladora e auditadas:

Resultado Líquido	(1.154.741)	-25,1%	(361.002)	-6,8%	219,9%
--------------------------	--------------------	---------------	------------------	--------------	---------------

- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Administração da Companhia entende que o LAJIDA (EBITDA) além de ser uma métrica muito utilizada pelos analistas, bancos e investidores, contribui para um melhor entendimento do resultado da operação e da geração de caixa, uma vez que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações na carga tributária sobre o lucro, bem como pelos níveis de depreciação e amortização. Além disso, a Administração da Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente a sua margem e resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos. Margem EBITDA é provavelmente a métrica mais conhecida e utilizada para análise dos resultados das companhias.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Não aplicável, tendo em vista que não há nenhum evento subsequente descrito nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 que as altere significativamente.

2.7

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2024
a. Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o Estatuto Social prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. O Estatuto Social também prevê que a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, reserva esta que não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do capital subscrito da Companhia e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% (cinco por cento) e não superiores a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias. Em atendimento à legislação do benefício fiscal concedido pelo Estado de Sergipe (Decreto Estadual nº 22.230/03), bem como em atendimento a Resolução CVM 96/22, que aprovou a consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 07, que trata da subvenção e assistências governamentais. Desde 2008, o benefício passou a ser registrado diretamente no resultado do exercício e, a fim de preservar o benefício fiscal, transferido da conta Lucros acumulados para a rubrica Reserva de lucros – Incentivos fiscais. Essa reserva só pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido pode ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de

	2024
	modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei 6.404, de 1976, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia não está sujeita a quaisquer restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

	2024
e. Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, visto que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. As regras que norteiam a destinação dos resultados da Companhia encontram-se no Estatuto Social da Companhia e na legislação e/ou regulamentação competentes.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Em 31/12/2024, a Companhia tinha cerca de 164 mil toneladas em pedidos de carteiras a serem entregues a clientes.

- iii. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para o exercício social de 2025, o CAPEX previsto é de R\$ 92,2 milhões, que será direcionado basicamente na aquisição de novos equipamentos e maquinários e reformas nas unidades fabris da Companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimentos com a sua geração própria de caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Até a data de elaboração deste Formulário de Referência, a Companhia não desenvolveu planos para a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No de 2024 não foram identificados valores significativos relacionados a investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No de 2024 não foram identificados valores significativos relacionados a investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Atualmente a Companhia não possui iniciativas relacionadas a questões ASG em estágio avançado e, portanto, nenhuma foi considerada em seu plano de negócios até o momento.

**ANEXO II À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO QUE SERÁ SUBMETIDA À ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES,
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO
ESTATUTÁRIO**

Fertilizantes Heringer S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas,

No sentido de atender as disposições legais, a Fertilizantes Heringer S.A, apresenta a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e das respectivas notas explicativas.

O Core Business da Fertilizantes Heringer se baseia na aquisição de matérias primas, principalmente oriundos do mercado internacional, posteriormente industrializado e distribuído no mercado nacional.

A Heringer estima que o consumo brasileiro de fertilizantes em 2025 deve-se manter em linha com relação a 2024, mantendo cerca de 45,7 milhões de toneladas.

Em 2024, as exportações do agronegócio brasileiro totalizaram US\$ 164,37 bilhões, 1,3% menos que 2023, informou o Ministério da Agricultura. Apesar da queda, este foi o segundo melhor desempenho já registrado na série histórica. As exportações do agro corresponderam a 48,8% do comercializado pelo Brasil em 2024, segundo a pasta, estável em relação ao ano anterior, de 49%.

Na avaliação da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, do Ministério da Agricultura, o desempenho das exportações agropecuárias brasileiras no ano passado foi influenciado pela queda no índice de preço dos produtos exportados, de 4,6%, parcialmente compensado pelo incremento de 3,4% no volume exportado.

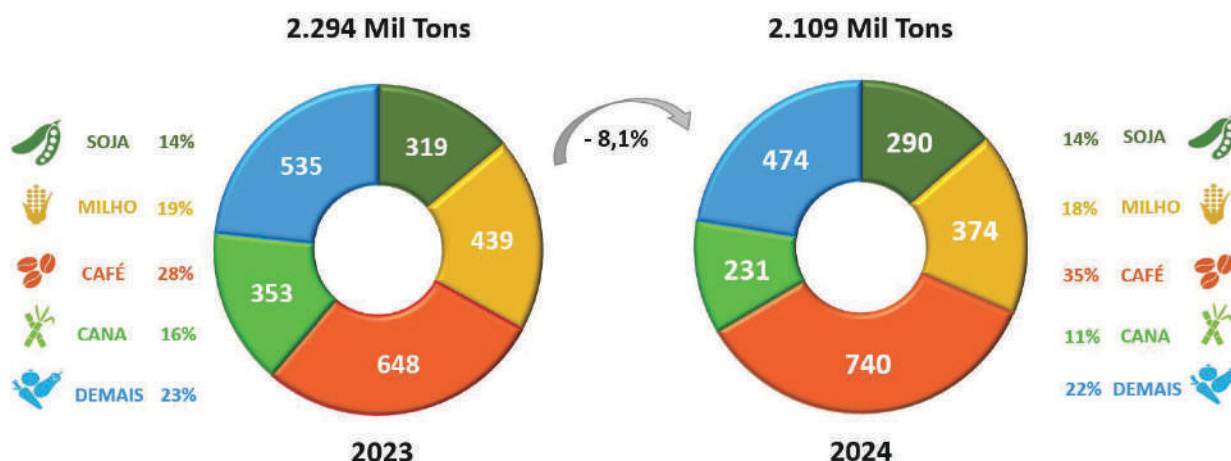
De acordo com o Ministério, a redução nas vendas do complexo soja e de cereais, consequência da menor safra brasileira e dos preços internacionais achatados, foi compensada pelo incremento das exportações de carnes (+11,4%), complexo sucroalcooleiro (+13,3%), produtos florestais (+21,2%) e café (+52,6%).

Em 2024, o PIB fechou em 3,4%, essa foi a maior taxa anual desde 2021. As variações positivas no desempenho do PIB vieram dos Serviços e da Indústria que, em comparação a 2023, cresceram 3,7% e 3,3% respectivamente. Na mesma comparação, a Agropecuária sofreu queda de 3,2%, informou o IBGE.

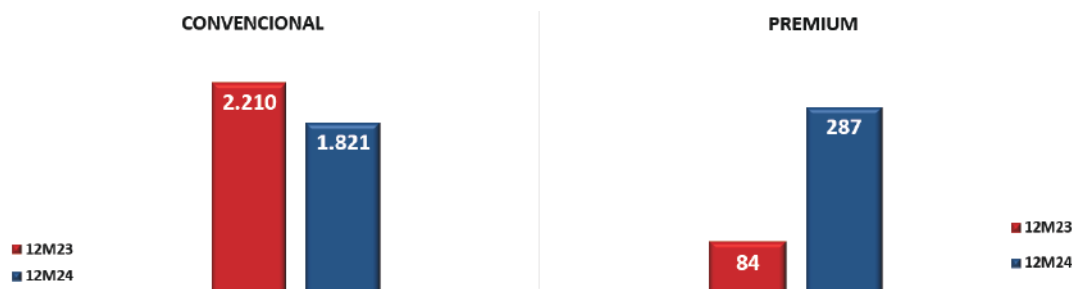


ENTREGAS - HERINGER

No ano de 2024, a Companhia teve uma redução de cerca de 8% nas entregas quando comparado ao ano de 2023, com 2,1 mil toneladas entregues de fertilizantes, principalmente em função da cultura da soja em atraso somada ao mercado de milho, ocasionando dificuldades no sistema logístico e, consequentemente, postergando parte das entregas do Milho 2ª Safra para 1Q25.



As entregas dos produtos premium no ano de 2024 aumentaram mais de 240% quando comparadas ao ano de 2023. A Companhia vem mantendo o foco na diferenciação e diversificação de portfólio de produtos premium, visando maior rentabilidade. Exemplo de agregação de margem no portfólio de produto premium para café, considerando lógica de captura de valor.





ECONÔMICO FINANCEIRO

Receita Líquida: Em 2024, foi de R\$ 4,608 bilhões, inferior em cerca de 14% quando comparada a de 2023, que foi de R\$ 5,335 bilhões;

Resultado Bruto: Em 2024, foi de R\$ 131,8 milhões, superior a 2023 que foi de R\$ 8,5 milhões, devido principalmente a recuperação de margens.

EBITDA: Em 2024, foi negativo em R\$ 192,1 milhões, inferior a 2023, que foi negativo em R\$ 322,1 milhões;

(R\$ MIL)	2024	% RL	2023	% RL	Δ % 24/23
Volume	2.108.896		2.294.026		-8,1%
Receita Líquida	4.608.584	100,0%	5.335.669	100,0%	-13,6%
CPV	(4.476.709)	-97,1%	(5.327.169)	-99,8%	-16,0%
Resultado Bruto	131.875	2,9%	8.500	0,2%	1451,5%
Fretes e Comissões	(119.944)	-2,6%	(151.947)	-2,8%	-21,1%
VG&A	(266.403)	-5,8%	(229.823)	-4,3%	15,9%
Outras receitas operacionais, Líquidas	1.633	0,0%	3.679	0,1%	-55,6%
EBITDA	(192.156)	-4,2%	(322.135)	-6,0%	-40,3%
Resultado Financeiro Líquido	(769.902)	-16,7%	(22.273)	-0,4%	3356,7%
Resultado Líquido	(1.154.741)	-25,1%	(361.003)	-6,8%	219,9%

Varição Cambial: Em 2024, foi negativa em R\$ 634,6 milhões, inferior à de 2023 que foi positiva em R\$ 98,6 milhões. A desvalorização de cerca de 28% do real perante ao dólar no ano de 2024, contribuiu para que o acumulado do ano encerrasse com variação cambial líquida negativa;

Demais despesas financeiras: Em 2024, foi de R\$ 74,9 milhões, inferior em 38% a de 2023, que foi de R\$ 120,9 milhões.

	2024	% RL	2023	% RL	Δ % 24/23
EBITDA	(192.156)	-4,2%	(322.135)	-6,0%	-40,3%
Despesas Financeiras	(769.902)	-16,7%	(22.273)	-0,4%	3356,7%
Varição Cambial Líquida (não realizada)	(634.651)	-13,8%	98.631	1,8%	-743,5%
Juros da RJ / Empréstimos e Demais Despesas Financeiras	(135.251)	-2,9%	(120.904)	-2,3%	11,9%
IR/CS e Depreciação	(192.683)	-4,2%	(16.595)	-0,3%	1061,1%
Resultado Líquido	(1.154.741)	-25,1%	(361.003)	-6,8%	219,9%



MERCADO CAPITAIS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

As ações da Heringer são negociadas no Novo Mercado, segmento máximo de governança corporativa da B3, a bolsa de valores do Brasil, desde abril de 2007 sob o código FHER3.

Dentre os bons fundamentos da Heringer estão um significativo potencial de atuação em um mercado crescente e competitivo, vendas geograficamente equilibradas, base de clientes diversificada, foco nas vendas para o varejo, adequada estrutura logística e de distribuição, marca altamente reconhecida e amplo portfólio de produtos e gestão sólida.

DIREITO DOS ACIONISTAS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada “Reserva de Investimentos” que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 80% do capital social subscrito e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante que seria destinado a reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 1.169, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.



	2008 a 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
PSDI (i)	217.417	87	-	2.782	2.616	1.993	647	225.542
Desenvolve (ii)	17.405	1.499	4.741	9.606	2.794	2.507	522	39.074
Outros incentivos recebidos	6.685	-	-	-	-	-	-	6.685
	241.507	1.586	4.741	12.388	5.410	4.500	1.169	271.301

Benefício fiscal de redução de ICMS:

- (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.
- (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

RECURSOS HUMANOS

A Heringer atua em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e todos os colaboradores próprios são abrangidos por acordos de negociação coletiva, com exceção dos terceirizados e estagiários.

Em 31/12/2024, o quadro era composto por 1.466 colaboradores diretos, distribuídos em 1.430 empregados em geral, 4 estagiários e 32 aprendizes.

O salário dos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base (nominal) e parcela variável, incluindo horas extras, adicional noturno, periculosidade e gratificações.

A política de benefícios é concedida aos colaboradores com o intuito de proporcionar-lhes segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo, e oferecer ferramentas de trabalho. São oferecidos aos empregados um pacote de benefícios, incluindo assistência médica, seguro de vida, previdência privada, alimentação, transporte, plano de remuneração variável, entre outros.



CONCLUSÃO

A Administração da Heringer agradece a seus acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela confiança e apoio demonstrados à Companhia ao longo do ano de 2024.

No entanto, diferentemente de outros segmentos, o agronegócio brasileiro permanece operando em níveis recordes, com uma safra esperada em cerca de 328 milhões de toneladas para esse ano, onde a Companhia pode desfrutar favoravelmente de bons resultados.

Permanecemos confiantes na continuidade do desempenho positivo do agronegócio brasileiro e na manutenção de sua importância para a economia do país.

A equipe da Fertilizantes Heringer permanece focada na busca da excelência em todas as suas áreas de atividade, através do trabalho e dedicação de todos, visando oferecer sempre a seus clientes produtos e serviços de qualidade.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Fertilizantes Heringer S.A.

Paulínia – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Fertilizantes Heringer S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado

Veja a Nota 10 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2024, o valor do ativo imobilizado da Companhia totalizava R\$ 585.508 mil. Identificamos indicadores de perda no valor recuperável (*impairment*) dos itens do ativo imobilizado da Companhia, conforme prescrito no Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Administração determinou o valor recuperável com base no valor justo, líquido das despesas de venda dos ativos imobilizados.

Este cálculo foi efetuado por avaliadores externos contratados pela Companhia e demonstrou que o valor justo líquido das despesas de venda dos ativos imobilizados, é superior ao valor contábil do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024, não incorrendo, portanto, em ajuste de *impairment*.

Consideramos esse assunto significativo, uma vez que a avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre o valor recuperável do ativo imobilizado envolve julgamentos e premissas que, se alterados, poderão resultar em valores significativamente diferentes dos apurados pela Companhia.

Como auditoria endereçou esse assunto

Para a avaliação do valor justo líquido das despesas de venda, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria com o suporte de nossos especialistas em avaliação de ativos:

- avaliação da competência, habilidade e objetividade dos avaliadores externos contratados pela Companhia;
- verificação da correta aplicação, pelos avaliadores externos, das metodologias e premissas definidas pela Administração da Companhia. Isso inclui, principalmente, a análise das premissas relacionadas ao valor de reposição e à vida útil econômica dos bens, para garantir que essas premissas foram adequadamente utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos imobilizados por Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Também avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras contemplam todos os aspectos exigidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado, assim como as divulgações realizadas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS *Accounting Standards*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 24 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027612/F



Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Fertilizantes Heringer S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	98.405	40.932	Fornecedores	12	2.362.924	1.487.746
Contas a receber de clientes	4	217.888	538.756	Fornecedores - RJ	14	101.539	52.258
Estoques	5	1.479.327	1.070.715	Empréstimos e financiamentos	13	24.574	25.696
Tributos a recuperar	6	194.888	156.768	Empréstimos e financiamentos - RJ	14	94.734	49.577
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	76.337	72.918	Salários e encargos sociais		34.253	35.526
Outros ativos	8	190.661	323.564	Salários e encargos sociais - RJ	14	91	91
				Tributos a recolher		8.029	2.227
				Passivo de contrato	19	94.005	150.698
				Outros passivos	16	123.116	167.832
		2.257.506	2.203.653			2.843.265	1.971.651
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Contas a receber de clientes	4	588	1.178	Fornecedores	12	9.962	11.973
Tributos a recuperar	6	150.636	171.118	Fornecedores - RJ	14	793.370	625.347
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	49.971	45.877	Empréstimos e financiamentos - RJ	14	400.371	308.234
Outros ativos	8	27.562	23.468	Provisão para contingências	15	73.123	67.713
Depósitos judiciais	15	18.595	19.510	Imposto de renda e contribuição social diferido	7.b	143.029	11.028
Imobilizado	10	585.508	531.110			1.419.855	1.024.295
Intangível	11	25.530	7.549			4.263.120	2.995.946
		858.390	799.810	Total do passivo			
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	17		
				Capital social		585.518	585.518
				Ajuste de avaliação patrimonial		36.004	36.609
				Prejuízos acumulados		(1.768.746)	(614.610)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(1.147.224)	7.517
Total do ativo		3.115.896	3.003.463	Total do passivo e patrimônio líquido		3.115.896	3.003.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	19	4.608.584	5.335.669
Custos dos produtos vendidos	20	<u>(4.476.709)</u>	<u>(5.327.169)</u>
Lucro bruto		<u>131.875</u>	<u>8.500</u>
Despesas e receitas operacionais			
Com vendas	20	(188.999)	(216.135)
Gerais e administrativas	20	(197.348)	(165.635)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	<u>1.633</u>	<u>3.679</u>
		<u>(384.714)</u>	<u>(378.091)</u>
Prejuízo operacional		<u>(252.839)</u>	<u>(369.591)</u>
Despesas e receitas financeiras			
Variação cambial, líquida	22	(634.651)	98.631
Despesas financeiras, líquidas	23	<u>(135.251)</u>	<u>(120.904)</u>
		<u>(769.902)</u>	<u>(22.273)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(1.022.741)</u>	<u>(391.864)</u>
Imposto de renda e contribuição social	7.c	<u>(132.000)</u>	<u>30.861</u>
Prejuízo do exercício		<u>(1.154.741)</u>	<u>(361.003)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)		<u>53.857</u>	<u>53.857</u>
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expresso em R\$ por ação)	18	<u>(21,4409)</u>	<u>(6,7030)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(1.154.741)	(361.003)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.154.741)</u>	<u>(361.003)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	585.518	37.213	(254.211)	368.520
Prejuízo do exercício	-	-	(361.003)	(361.003)
Realização de custo atribuído, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(604)	604	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	585.518	36.609	(614.610)	7.517
Saldo em 1º de janeiro de 2024	585.518	36.609	(614.610)	7.517
Prejuízo do exercício	-	-	(1.154.741)	(1.154.741)
Realização de custo atribuído, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(605)	605	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	585.518	36.004	(1.768.746)	(1.147.224)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.022.740)	(391.864)
Receitas (despesas) que não afetam o caixa:			
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	4	8.137	7.168
Ajuste a valor justo - subcarteira negociada		-	(132)
Ajuste a valor presente – contas a receber	4	(9.158)	6.588
Provisão (reversão) para perdas e ajuste a valor presente nos estoques	5	(11.076)	64.228
Depreciação e amortização	10 e 11	62.123	47.456
Impairment – ativo imobilizado	10	-	14.424
Ganho na alienação do ativo imobilizado	10 e 11	16.717	(1.317)
Provisão perdas créditos tributários – ICMS	6	-	(875)
Provisão para férias, 13º salário e participação nos resultados		(827)	33.735
Provisão (reversão) para contingências, líquidas	15	5.378	9.816
Provisão de juros sobre empréstimos	13	4.083	-
Juros e ajuste a valor justo não realizado do passivo em recuperação judicial	14	201.583	103.860
Variação cambial sobre passivo em recuperação judicial	14	242.433	(61.712)
Juros e variações cambiais não realizados de importações em andamento, contas a pagar, contas a receber e de empréstimos e financiamentos		226.369	(60.519)
		(276.978)	(229.144)
Redução (aumento) nas contas de ativos			
Contas a receber de clientes	4	322.479	(177.469)
Estoques	5	(397.536)	236.900
Tributos a recuperar	6	(25.151)	(4.536)
Outros ativos	8	128.809	(45.545)
Depósitos judiciais		947	(461)
Aumento (redução) nas contas de passivos			
Fornecedores	12	646.798	244.799
Fornecedores - em recuperação judicial	14	(68.541)	(8.469)
Salários e encargos sociais		(446)	16.536
Tributos a recolher		5.802	895
Adiantamentos de clientes	19	(56.693)	10.465
Outros passivos	16	(44.716)	85.576
Variações nas contas de ativos e passivos		511.752	358.691
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	13	(3.275)	(1.569)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		231.499	127.978
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	(151.219)	(148.134)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		(151.219)	(148.134)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Contratação de empréstimos e financiamentos	13	133.534	93.358
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	13	(135.464)	(77.829)
Empréstimos - em recuperação judicial	14	(20.877)	(16.834)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos		(22.807)	(1.305)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	3	57.473	(21.461)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	40.932	62.393
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	98.405	40.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.755.122	5.583.715
Outras receitas	970	2.047
Receitas relativas à construção de ativos próprios	93.181	96.185
Constituição, reversão e recuperação de créditos de liquidação duvidosa	(18.785)	(2.693)
	4.830.488	5.679.254
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(4.639.920)	(5.500.653)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(357.679)	(377.245)
Perda/recuperação de valores ativos	12.043	(103.217)
Outras	(4.179)	(817)
	(4.989.735)	(5.981.932)
Valor adicionado bruto	(159.247)	(302.678)
Depreciação e amortização	(62.123)	(47.456)
Valor adicionado líquido produzido	(221.370)	(350.134)
Receitas financeiras e variação cambial	187.307	225.512
Outras	(78)	519
Valor adicionado recebido em transferência	187.229	226.031
Valor adicionado total a distribuir	(34.141)	(124.103)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	120.348	119.930
Benefícios	78.736	76.624
FGTS	8.055	7.133
	207.139	203.687
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	114.039	(57.206)
Estaduais	(159.429)	(162.694)
Municipais	2.050	1.315
	(43.340)	(218.585)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros / variação cambial	938.568	228.964
Aluguéis	9.024	10.196
Outras	9.209	12.638
	956.801	251.798
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(1.154.741)	(361.003)
Total do valor distribuído	(34.141)	(124.103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Fertilizantes Heringer S.A. (“Heringer” ou “Companhia”), com sede no município de Paulínia no estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes, possuindo no total 15 unidades de armazenamento, mistura e distribuição, distribuídas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Sul do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia opera com 12 unidades de armazenamento, mistura e distribuição (Viana/ES, Manhuaçu, Iguatama e Três Corações/MG, Candeias/BA, Ourinhos, Paulínia 1 e Paulínia 2/SP, Rio Verde/GO, Dourados/MS, Rosário do Catete/SE e Rio Grande/RS), 1 unidade de armazenamento (Catalão/GO), enquanto permanece com 2 unidades hibernadas (nas cidades de Porto Alegre/RS e Paranaguá/PR).

No dia 18 de outubro de 2024, a Companhia decidiu iniciar processo de hibernação em 2 de suas 13 plantas ativas, sendo elas: Dourados/MS e Rosário do Catete/SE. A hibernação está sendo realizada de forma gradual, com a redução progressiva de suas operações. Em 31 de dezembro de 2024, estas unidades ainda apresentaram realização de atividades de industrialização e comercialização de fertilizantes.

Ressalta-se que no estado do Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de super fosfato simples (“SSP”).

Em 28 de março de 2022, a Companhia recebeu comunicação da sua acionista controladora Heringer Participações Ltda. (“Controladora Direta”), juntamente de seus sócios, informando sobre o fechamento da operação (“Fechamento”) contemplada no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Compra e Venda”), firmado entre, de um lado, Dalton Dias Heringer, Eny de Miranda Heringer, Dalton Carlos Heringer e Juliana Heringer Rezende (“Vendedores”) e, de outro lado, Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Compradora”), tendo como partes intervenientes-anuentes a Companhia, a Fertilizantes Tocantins S.A. (FTO) e a Controladora Direta, sociedade (i) cujas quotas são detidas inteiramente pelos Vendedores e (ii) que é titular de 27.728.139 ações ordinárias nominativas equivalentes a 51,48% do capital social total e votante da Companhia (“Ações Heringer”).

A Compradora faz parte do Grupo EuroChem Group AG (“EuroChem”) um dos líderes globais em produção de fertilizantes e um dos três principais Grupos do mundo com capacidade de fabricação dos três grupos de nutrientes primários: nitrogênio, fosfatos e potássio. O fechamento da operação fortalece ainda mais a capacidade de produção e distribuição do Grupo no Brasil, um dos mercados mais importantes de nutrientes para cultivo do mundo.

Em continuidade ao processo de aquisição da totalidade das ações da Heringer, sua controladora indireta (Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., “ofertante”), realizou em 27 de junho de 2023, leilão de oferta pública e, como resultado do leilão, a ofertante adquiriu 15.345.407 ações, representativas de aproximadamente 28,50% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo que, 19% eram ações negociadas no *free float*, e o percentual de 9,5% das ações alienadas pela sociedade PCS Sales (Canada) INC. para ofertante. Cada ação foi adquirida pelo preço de R\$ 14,99 (quatorze reais e noventa e nove centavos), totalizando o valor de R\$ 230.028. Após a liquidação financeira das aquisições realizadas no leilão, que ocorreu em 29 de junho de 2023, remanesceram em circulação 10.783.738 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam aproximadamente 20,02% de seu capital social. Assim, após a liquidação financeira da oferta, a ofertante passou a ser titular, direta e indiretamente, de 43.073.546 ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 79,98% do capital social total da Fertilizantes Heringer S.A. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha 10,02% de suas ações no *free float*.

Como amplamente divulgado pela mídia, entre o final do mês de abril e início de maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi atingido por intensas chuvas, que provocaram alagamentos na maior parte de seus municípios. Embora as instalações da unidade da Companhia localizada na cidade de Rio Grande/RS, onde se encontra uma planta que está em operação, não tenham sido afetada pelas enchentes, a sua outra unidade também situada naquele estado, na cidade de Porto Alegre/RS, que já estava hibernada desde 2019, acabou sendo atingida pelos alagamentos.

A Companhia que possui seguro para suas unidades, logo após o ocorrido iniciou as tratativas necessárias para o acionamento da seguradora responsável, para obter a reparação dos danos provocados pelo alagamento, ao qual em 31 de dezembro de 2024, a Companhia aguarda o laudo final da empresa terceira contratada para levantamento dos danos, e posteriormente ressarcimento do seguro, até o momento não é esperado haver prejuízo em seu desfavor.

Considerando a operação da Companhia na região Sul, que no período findo em 31 de dezembro de 2024, representou cerca de 9% de sua receita total, advinda principalmente da unidade localizada na cidade de Rio Grande/RS, que como já mencionado não foi atingida pelos alagamentos, a expectativa é de que não haja impactos financeiros e contábeis materiais a serem suportados pela Companhia, em função dos eventos climáticos ocorridos na região Sul do País.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

1.1 Recuperação judicial

Em 4 de fevereiro de 2019, a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial (“RJ”). Em 28 de novembro de 2019, a Administração da Companhia apresentou, nos autos do processo, após adequações, a segunda versão do plano de recuperação judicial, que foi aprovado em Assembléia Geral de Credores realizada em 3 de dezembro de 2019, e homologado pelo juízo recuperacional em 14 de fevereiro de 2020, com publicação em 19 de fevereiro de 2020.

Devido ao reconhecimento, pelo juízo recuperacional, quanto à evolução ascendente da capacidade operacional produtiva e financeira da Companhia, em 22 de março de 2022 fora proferida sentença declarando encerrada a Recuperação Judicial, concluindo a magistrada que a Companhia pode se autogerir sem a necessidade da tutela do Estado.

Ficou consignado na mencionada sentença que o trânsito em julgado ocorrerá após 90 (noventa) dias da publicação do Edital, publicação esta ocorrida em 25 de março de 2022. Desta forma, durante tal prazo poderão ser interpostos recursos pelos interessados.

Neste período foram apresentadas 4 (quatro) apelações contra a sentença de encerramento da recuperação judicial da Companhia, sendo que dois desistiram e dois tiveram seu provimento negado, mantendo-se a decisão na íntegra. Foi interposto recurso especial em 19 de março de 2024, em face do acórdão que manteve a decisão que encerrou a recuperação judicial, no qual está pendente de julgamento definitivo.

1.2 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Com o advento da Recuperação Judicial homologada em 14 de fevereiro de 2020 e reflexos de reestruturação da sua dívida, a Companhia obteve então uma nova estrutura de capital onde parte significativa de suas dívidas passou a ser de longo prazo, classificada no passivo não circulante.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 585.759 (capital circulante líquido positivo de R\$ 232.002 em 31 de dezembro de 2023), advindos principalmente do aumento de transações de contas a pagar com fornecedores partes relacionadas e terceiros, apresentou também prejuízo líquido no montante de R\$ 1.154.741 (prejuízo líquido de R\$ 361.003 em 31 de dezembro de 2023) e fluxo de caixa operacional positivo em R\$ 231.499 (positivo em R\$ 127.978 em 31 de dezembro de 2023). Com o advento deste resultado, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$ 1.768.746 (prejuízo acumulado de R\$ 614.610 em 31 de dezembro de 2023), acarretando patrimônio líquido negativo de R\$ 1.147.224 (patrimônio líquido positivo de R\$ 7.517 em 31 de dezembro de 2023). Apesar de apresentar prejuízo líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou lucro bruto na ordem de R\$ 131.875 (lucro bruto de R\$ 8.500 em 31 de dezembro de 2023). Para os saldos de ativos imobilizados, devido ao resultado apurado, a Companhia identificou indicadores de *impairment*, o que resultou na necessidade de realizar análises acerca da recuperação desses ativos. As análises foram conduzidas utilizando a metodologia de valor justo menos os custos de venda, conforme demonstrado na nota explicativa 10.

A Administração da Companhia entende que as linhas de crédito que a mesma possui junto a diversas instituições financeiras e a geração de recursos durante o ano em curso, são suficientes para manutenção do negócio. Vale ressaltar que a partir de 31 de março de 2022, a Companhia passou a ser controlada por um Grupo global, produtor de fertilizantes, conforme nota explicativa 1 e, tal fato, reforça a continuidade operacional. A Administração efetuou a análise de liquidez para as rubricas de caixa e equivalentes de caixa; contas a receber; estoques; contas a pagar e empréstimos, todas de curto prazo. A Companhia vem performando adequadamente os saldos das contas a receber de clientes; o montante apresentado como saldo de estoques encontra-se líquido de provisão para perda de realização e obsolescência na data base 31 de dezembro de 2024, tal ajuste foi realizado nas matérias-primas e produtos acabados, cujo custo médio em estoque estava superior ao valor de realização considerando a dificuldade de repasse dos custos dos estoques nas vendas; as contas a pagar para fornecedores estão centralizadas em partes relacionadas no percentual de 76%, considerando que o grupo Eurochem é um produtor de fertilizantes e vem sustentando o capital de giro da Companhia.

Neste contexto, e considerando a posição estratégica que a Companhia possui para o grupo, que leva em consideração sua presença em um mercado de extrema relevância para seus objetivos globais, e considerando ainda os importantes investimentos que vêm sendo realizados na Companhia nos últimos anos, conclui-se que o Controlador está integralmente comprometido com o prosseguimento da execução de seus planos de negócio, no qual a Companhia está inserida.

A matriz controladora, com sede na Suíça, tem apoiado o negócio no Brasil e reafirmado seu compromisso de suporte financeiro para que a Companhia continue operando com forte presença na América Latina. Assim, a presunção de continuidade operacional está também pautada no suporte financeiro e econômico da matriz. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas no contexto de presunção de continuidade operacional.

1.3 Conflito Rússia – Ucrânia

Como é de conhecimento público, desde o dia 24 de fevereiro de 2022 a Rússia iniciou ofensiva contra a Ucrânia, gerando assim um clima de incertezas. Também como é de conhecimento público a Rússia é um importante fornecedor global de fertilizantes básicos e, tal fato, trouxe a possibilidade de escassez de fertilizantes o que resultou em uma forte especulação nos preços.

A Administração da Companhia sabendo da relevância do tema em suas operações, vem acompanhando os desdobramentos e eventuais impactos à suas operações. Todavia, vale salientar que a escassez de fertilizantes não se materializou e, contrariando as expectativas, ocorreu um forte fluxo de entrada de fertilizantes no Brasil.

A Administração continuará monitorando a evolução e os desenvolvimentos do conflito e seus impactos sobre as operações da Companhia, clientes e fornecedores. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui ativos expostos junto aos países envolvidos no conflito, portanto nenhum impacto contábil relevante foi identificado até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das informações, foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2025.

2.1 Políticas contábeis materiais

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, e que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, com relação a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Isto ocorre devido a legislação societária brasileira requerer que as Companhias abertas apresentem a DVA, enquanto, que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) contingências; (ii) principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizado; (iii) valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizado; (iv) recuperabilidade de tributos diferidos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

2.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

a. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

	Classificação
Ativos, conforme balanço patrimonial	
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Custo amortizado

b. Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

(i) Custo amortizado

Os ativos, cujos fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa de ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

c. Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.2.1 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado, a metodologia de impairment aplicada dependente de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes a Companhia aplica abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

2.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a. Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 15. As provisões para contingência são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados e escritórios jurídicos externos.

b. Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizado

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota explicativa 10.

c. Valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizado

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor recuperável dos ativos imobilizados foi determinado pelo valor justo líquido de despesa de vendas. A administração da Companhia contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do referido valor justo líquido de despesa de venda. O valor de realização foi determinado por meio da aplicação de procedimentos de cotação dos valores de mercados de itens semelhantes de cada grupo de ativos imobilizado que compõem o saldo testado, conforme metodologia aplicável, e comparados com o valor contábil de cada classe do ativo imobilizado por Unidade Geradora de Caixa (“UGC”).

d. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem valores relativos à prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados pelos órgãos de governança. As premissas utilizadas pela Administração para estimar a probabilidade de realização dos ativos de impostos diferidos consideraram os riscos normais da sua operação.

2.7 Novas normas que entraram em vigor em 2024

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

(i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros.

Não se espera que norma alterada destacada acima, tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) Alterações do CPC 02 (R2) / IAS 21: Ausência de conversibilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025)

As alterações criarão requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é conversível por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas.

Nesse contexto, a conversibilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia:

- a tempestividade para se obter moeda estrangeira;
- a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e
- os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis.

(ii) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026)

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas:

- esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;
- esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros;
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e
- atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora a IFRS 18 não impacte o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração nas demonstrações financeiras.

(iv) IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

Não se espera que as normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(v) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

	Taxa média	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Caixa e recursos em conta corrente		2.222	40.932
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (i)	89% do CDI	96.183	-
		98.405	40.932

- (i) Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata. Por estratégia de caixa da Companhia, houve maior investimento nas aplicações financeiras no período findo em 31 de dezembro de 2024.

4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. Para as contas a receber de clientes que a Companhia procede com descontos de duplicatas, os mesmos, são apresentados a valor justo, uma vez que os montantes recebidos são líquidos dos custos financeiros de cada operação.

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida a partir das médias históricas das perdas registradas pela Companhia (perdas esperadas) e, no mínimo trimestralmente são analisados se existem evidências objetivas de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos por seus clientes (perdas incorridas). A avaliação da existência de evidências é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Contas a receber no país (i)	264.083	587.080
Contas a receber no exterior	2.387	1.869
Ajuste a valor presente	-	(9.158)
	<u>266.470</u>	<u>579.791</u>
 Perda estimada e incorrida com créditos de liquidação duvidosa	 <u>(47.994)</u>	 <u>(39.857)</u>
	<u>218.476</u>	<u>539.934</u>
 Circulante	 217.888	 538.756
Não circulante	<u>588</u>	<u>1.178</u>
	<u>218.476</u>	<u>539.934</u>

- (i) Inclui o montante de R\$ 18.749 (R\$ 143.165 em 31 de dezembro de 2023) que é decorrente de transações com partes relacionadas. A redução nos saldos de contas a receber no período findo em 31 de dezembro de 2024, referem-se principalmente as liquidações de recebimentos efetivos entre as Companhias do Grupo no Brasil (Nota 9(a)).

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, quando houve efeito relevante, o ajuste a valor presente foi calculado, tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias, com juros nominais das transações de 1,80% (1,80% em 31 de dezembro 2023) ao mês, por meio do método do fluxo de caixa descontado. A realização do ajuste a valor presente é registrada no resultado do período, na rubrica “Despesas financeiras, líquidas”.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo bruto das contas a receber no montante de R\$ 266.470 (R\$ 579.791 em 31 de dezembro de 2023), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
A Vencer	185.308	483.527
Até 90 dias	28.379	34.166
De 90 a 180 dias	6.189	945
Acima de 180 dias	46.594	61.153
	<u>266.470</u>	<u>579.791</u>

Em 31 de dezembro de 2024, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 28.827 (R\$ 33.592 em 31 de dezembro de 2023) encontram-se vencidas e não provisionados, pois referem-se a clientes que possuem garantias reais concedidas contratualmente. A Companhia vem buscando executar suas garantias reais, entretanto, esse processo é bastante moroso visto que depende do andamento dos processos no âmbito judicial.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Até 90 dias	9.581	8.851
De 90 a 180 dias	547	944
Acima de 180 dias	18.699	23.797
	<u>28.827</u>	<u>33.592</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa (“*impairment*”) no montante de R\$ 47.994 (R\$ 39.857 em 31 de dezembro de 2023), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
A Vencer (i)	8.940	-
Até 90 dias	3.318	3.053
Acima de 180 dias	35.736	36.804
	<u>47.994</u>	<u>39.857</u>

- (i) O saldo a vencer provisionado como perda no período findo em 31 de dezembro de 2024, refere-se a valores de contas a receber que superam os valores cobertos por seguros de crédito de cliente com pedido de recuperação judicial.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, as movimentações da provisão para perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Saldo inicial	39.857	32.690
Perdas estimadas no período	18.553	9.020
Reversão de perdas estimadas	<u>(10.416)</u>	<u>(1.853)</u>
Saldo final	<u>47.994</u>	<u>39.857</u>

5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Matérias-primas e embalagens	1.393.992	1.098.587
Importações em andamento (i)	118.061	20.259
Almoxarifado	27.949	23.620
Ajuste a valor presente	-	(2.095)
Provisão de obsolescência / marcação a mercado preços de estoques (ii)	<u>(60.675)</u>	<u>(69.656)</u>
	<u>1.479.327</u>	<u>1.070.715</u>

- (i) O aumento em importações em andamento, refere-se substancialmente a importações para atendimento as demandas de entrega do primeiro trimestre de 2025.
- (ii) Refere-se substancialmente a registro de marcação a mercado dos preços de estoques, considerando a realização a menor das margens de vendas.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, as movimentações da provisão de obsolescência e marcação a mercado dos preços do estoques foram como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Saldo inicial	69.656	5.430
Adições	30.318	88.534
Reversões	<u>(39.299)</u>	<u>(24.308)</u>
Saldo final	<u>60.675</u>	<u>69.656</u>

6 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	197.588	194.725
Programa de Integração Social - PIS (i)	46.412	43.453
Créditos tributários adquiridos (iii)	45.011	42.911
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	42.496	34.802
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS exclusão base PIS e COFINS (i)	13.567	13.030
IRRF sobre aplicações financeiras	1.825	340
Provisão para perda de créditos tributários – ICMS (ii)	(500)	(500)
Outras provisões	(875)	(875)
	345.524	327.886
Circulante	194.888	156.768
Não circulante	150.636	171.118
	345.524	327.886

- (i) O saldo do PIS e COFINS a recuperar em 31 de dezembro de 2024 é o montante de R\$ 257.567 (R\$ 251.208 em dezembro 2023) decorrente da apropriação de créditos fiscais, quando da aquisição de insumos, em monta superior aos débitos destas mesmas contribuições federais, sobretudo em função de que a maior parte dos produtos fabricados e vendidos pela Companhia ser tributada à alíquota 0 (zero) pelo PIS e pela COFINS, nos termos da legislação de referência. A Companhia, por meio de formulários específicos, solicita periodicamente que estes créditos sejam ressarcidos e/ou compensados com débitos tributários federais também administrados pela Receita Federal do Brasil (“RFB”). Os saldos estão sendo solicitados em sua totalidade não havendo deságio sobre o saldo solicitado.
- (ii) Os créditos de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) são decorrentes de compras de matérias-primas, assim como aquisições de serviços de transportes, e estão disponíveis para compensação com impostos a ser recolhido em decorrência das vendas da Companhia.
- (iii) Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 45.011 (R\$ 42.911 em 31 de dezembro de 2023) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal.

7 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dados a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

O Imposto de renda e a Contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social, na extensão que sua realização seja provável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a. Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Imposto de renda a recuperar	106.632	100.095
Contribuição social a recuperar	19.676	18.700
	126.308	118.795
Circulante	76.337	72.918
Não circulante	49.971	45.877
	126.308	118.795

Os saldos decorrem de antecipações realizadas para pagamento de imposto de renda e contribuição social, ao qual a Companhia não performou lucro tributável ao final dos exercícios correntes.

Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte por meio de pedidos de restituição, no valor total corrigido pela Selic até 31 de dezembro de 2024 de R\$ 116.467 (R\$ 109.484 em 31 de dezembro de 2023), protocolados na Receita Federal do Brasil entre abril de 2009 e dezembro de 2023, bem como por meio de pedidos de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. Em 20 de fevereiro de 2025, a Companhia recebeu em conta bancária o montante de R\$ 85.605, conforme nota explicativa nº 27.

Em 4 de agosto de 2021, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança buscando assegurar o direito de não tributar, pelo IRPJ e pela CSLL, os valores reconhecidos como receita a título de atualização monetária (SELIC) incidentes sobre a recuperação de tributos, ao qual em 31 de dezembro de 2024 o montante devidamente atualizado monetariamente corresponde a R\$ 9.841 (R\$ 9.311 em 31 de dezembro de 2023). Tal montante está classificado no ativo não circulante.

b. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	341.293
Diferenças temporárias:		
Ajuste a valor justo - Instrumentos financeiros ativos	5.733	5.611
Provisão para comissões sobre vendas	1.438	1.189
Provisão para contingências	26.650	24.821
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.571	1.804
Ajuste a valor presente	6.393	10.219
Provisão para perda sobre estoques, obsolescência e ajuste ao valor de mercado	20.630	23.683
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	251	251
Provisão impairment – CPC01	5.005	4.904
Provisão para participação nos lucros e resultados – PLR	2.921	-
Provisão para créditos tributários	467	467
Provisão para baixa de créditos	8.198	5.311
Provisão rateio de importação	4.578	4.578
Ajuste da receita por permuta/ cut-off de receita (iv)	280.020	157.863
Variação cambial passiva a realizar (Nota 21)	188.717	861
Outras diferenças temporárias	497	600
	556.069	583.455
Passivo:		
Ajuste a valor presente	-	(901)
Ajuste a valor justo (i)	(315.034)	(352.048)
Ganhos sobre alienação de imobilizado	(73)	-
Imobilizado - custo atribuído (ii)	(24.699)	(24.480)
Ajuste do custo por permuta/ cut-off de receita (iv)	(279.708)	(157.773)
Variação cambial ativa a realizar (iii)	(74.392)	(54.185)
Outras	(5.192)	(5.096)
	(699.098)	(594.483)
Líquido	(143.029)	(11.028)

- (i) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste a valor justo decorrente da reestruturação da dívida conforme descrito na Nota 14.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).
- (iii) Para os exercícios 2024 e 2023, a companhia adotou o regime de apuração para variações cambiais via caixa, considerando principalmente que, parte do passivo financeiro registrado em outra moeda, corresponde a saldos inscritos na recuperação judicial, ao qual não está previsto desembolsos relevantes no curto prazo, conforme Plano de Recuperação Judicial da companhia.

- (iv) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste da receita bruta em contrapartida o ajuste no CPV (ajuste do custo do produto vendido), em decorrência das operações não concluídas de permutas de matérias – primas e cut-off ocorridas no período.

c. Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.022.741)	(391.864)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	347.732	133.234
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Benefícios fiscais e subvenções	2.422	4.876
Valor dos impostos diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	(482.029)	(106.665)
Outras	(125)	(584)
	(132.000)	30.861
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	(132.000)	30.861
	(132.000)	30.861

d. Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2023	480.920	(522.810)	(41.890)
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	(858)	(858)
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	100.563	(70.815)	29.748
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no período	1.972	-	1.972
Saldo em 31 de dezembro de 2023	583.455	(594.483)	(11.028)
Saldo em 1º de janeiro de 2024	583.455	(594.483)	(11.028)
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	(219)	(219)
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	313.907	(104.396)	209.511
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no exercício (i)	(341.293)	-	(341.293)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	556.069	(699.098)	(143.029)

- (i) A Administração efetuou a baixa do ativo fiscal diferido calculado sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, considerando a revisão das projeções de resultados da Companhia neste exercício. Essa decisão foi fundamentada em ações específicas de incorporações de empresas do grupo que estavam previstas, mas que não se concretizaram.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia procedeu com o registro do imposto de renda diferido ativo sobre os prejuízos fiscais até o limite da lucratividade projetada para os próximos anos a qual leva em consideração também o limite legal de compensação das diferenças temporárias tributáveis (limite legal de 30% de compensação).

e. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Alíquota nominal dos tributos		34%		34%
Prejuízo fiscais acumulados	2.198.006	747.322	1.026.990	349.177
	2.198.006	747.322	1.026.990	349.177

f. Prejuízos fiscais a compensar

Prejuízos fiscais a compensar não reconhecidos têm o seguinte vencimento:

	31 de dezembro de 2024	Vencimento	31 de dezembro de 2023	Vencimento
Sem prazo de prescrição	2.198.006	-	1.026.990	-

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 2.198.006 (R\$ 1.026.990 em 31 de dezembro de 2023) de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

8 Outros ativos

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Adiantamento a fornecedores (matéria-prima)	117.810	216.239
Estoque para industrialização em nosso poder	10.520	19.445
Adiantamento extraconcursal (ii)	23.129	19.058
Adiantamento a fornecedores (outros)	22.678	42.525
Compartilhamentos de gastos com colaboradores a receber (iii)	15.799	27.741
Créditos com instituições financeiras (i)	11.084	1.269
Bens destinados a venda	4.302	4.302
Adiantamento a funcionários	761	912
Contas a receber de venda de imobilizado para terceiros	215	3.574
Bonificações de compras	99	99
Outros	11.826	11.868
	218.223	347.032
Circulante	190.661	323.564
Não circulante	27.562	23.468
	218.223	347.032

- (i) Em virtude da Recuperação Judicial da Companhia, determinadas instituições financeiras retiveram saldos que a Companhia possuía em carteira de cobranças com essas instituições financeiras e que foram dadas em garantia, estes valores referem-se a contratos de capital de giro que estão inscritos na composição da dívida em Recuperação Judicial.

- (ii) Refere-se a registro de valores a serem compensados de acordo com a liquidação de empréstimos junto a instituição financeira (vide Nota 13), a qual a Companhia é coobrigada a realizar os pagamentos sobre eventuais inadimplências de contratos firmados entre a instituição financeira e Companhia, anteriormente a realização da operação de alienação do controle acionário, conforme consta na Nota 1.
- (iii) Refere-se a redistribuição de gastos com colaboradores do grupo Eurochem no Brasil, ao qual conforme contrato de compartilhamento de despesas com folha de pagamento, e realizado o rateio e ajustado entre as Companhias com acertos financeiros.

9 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024, a Fertilizantes Heringer S.A. era controlada pela Heringer Participações Ltda., que detém 51,48% das ações da Companhia; a Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. que detém 28,50% das ações, a OCP International Coöperatieve U.A. (OCP) detém 10% das ações, e os 10,02% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles com participação superior a 5%.

Conforme Nota 1, com fechamento da operação, a Heringer Participações Ltda. foi adquirida pela Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. em 28 de março de 2022, transferindo os 51,48% das ações da Companhia, assim como, em 27 de junho de 2023, a mesma realizou leilão da oferta pública e, como resultado do leilão, a ofertante adquiriu 15.345.407 ações, representativas de 28,50% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia.

a. Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas e suas controladas referem-se a operações mercantis e outras operações que estão resumidas a seguir:

Ativo	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Contas a receber		
Fertilizantes Tocantins S.A (i)	6.502	141.953
OCP S.A.	659	522
Corrigo Fertilizers FZ-LLC	534	-
Eurochem Trading Middle East DMCC	451	162
JFC V-Jorf Fert. Company S.A.	217	172
SAFTCO S.A.	193	153
Eurochem Trading GMBH	29	182
OCP Fertilizantes S.A.	21	21
	8.606	143.165
Outros ativos		
Salitre Fertilizantes LTDA (ii)	10.143	5.869
Eurochem Comercio de Produtos Químicos LTDA (ii)	3.571	3.571
Fertilizantes Tocantins S.A. (ii)	1.627	18.082
Heringer Participações LTDA (ii)	458	219
	15.799	27.741

- (i) As contas a receber com partes relacionadas, referem-se substancialmente a processo de industrialização que a Companhia realiza para Fertilizantes Tocantins S.A., nas unidades de Candeias/BA, Catalão e Rio Verde/GO. Vale salientar que as contas a receber estão diretamente relacionadas as contas a pagar devidamente registrado no passivo circulante. A redução nos saldos de contas a receber e a pagar no período findo em 31 de dezembro de 2024, referem-se principalmente as liquidações de pagamentos e recebimentos efetivos entre as Companhias, através de transações de transferências bancárias.
- (ii) Refere-se a redistribuição de gastos com colaboradores do grupo Eurochem no Brasil, ao qual conforme contrato de compartilhamento de despesas com folha de pagamento, e realizado o rateio e ajustado entre as Companhias com acertos financeiros.

- (iii) Fornecedores partes relacionadas a pagar, referente aos valores advindos das compras de fertilizantes que são utilizados no processo industrial da Companhia.

Passivo Circulante	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Fornecedores		
Eurochem Trading Middle East DMCC (iii)	133.078	624.471
Corrigo Fertilizers (iii)	1.318.954	144.563
OCP S.A. (iii)	278.847	222.871
Eurochem Trading GMBH (iii)	1.414	20.026
Fertilizantes Tocantins S.A.(i)	14.632	320.369
Salitre Fertilizantes LTDA	47.672	-
Eurochem Group AG (iii)	3.378	4.865
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	594	595
JFC V-Jorf Fert. Company S.A.	1	-
OCP Fertilizantes	-	6.487
	1.798.570	1.344.247
Fornecedores RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	3.758	513
OCP	2.471	236
SAFTCO	456	44
	6.685	793
Empréstimos - RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	21.477	12.026
	21.477	12.026
Outros passivos		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA (ii)	4.054	2.083
Fertilizantes Tocantins S.A. (ii)	4.458	53.226
Salitre Fertilizantes LTDA (ii)	2.209	1.077
	10.721	56.386
Passivo não circulante		
Fornecedores - RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	21.697	19.973
OCP	14.263	9.195
SAFTCO	2.631	1.696
	38.591	30.864
Empréstimos - RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	78.097	59.660
	78.097	59.660

Resultado	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Receita bruta		
Fertilizantes Tocantins S.A. (iv)	146.168	70.589
Fertilizantes Tocantins S.A. (v)	271.763	228.905
	417.931	299.494
Custo sobre permuta e industrialização		
Fertilizantes Tocantins S.A. (vi)	271.763	228.905
	271.763	228.905
Outras receitas operacionais		
OCP Fertilizantes S.A.	5	9
Fertilizantes Tocantins S.A.	5	-
Heringer Participações LTDA	14	-
	24	9
Outras (despesas) receitas		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA (ii)	(1.949)	1.488
Fertilizantes Tocantins S.A. (ii)	(29.285)	(35.144)
Heringer Participações LTDA (ii)	118	219
Salitre Fertilizantes LTDA (ii)	3.266	4.791
	(27.850)	(28.646)
Despesas financeiras		
Juros recuperação judicial		
Eurochem Comercio de Produtos Químicos LTDA	(4.016)	(21.269)
OCP	(1.742)	(1.457)
SAFTCO	(321)	(269)
	(6.079)	(22.995)
Compras		
Corrigo fertilizers FZ-LLC	1.311.463	-
Eurochem Trading Middle East DMCC	196.210	349.890
Fertilizantes Tocantins S.A.	312.232	156.719
Salitre Fertilizantes LTDA	44.979	-
OCP Fertilizantes LTDA	790	15.611
	1.865.674	522.220

- (iv) Receita com vendas de fertilizantes realizada com a parte relacionada Fertilizantes Tocantins S.A.
- (v) Referem-se substancialmente a receita de industrialização e permuta que a Companhia realiza com a Fertilizantes Tocantins S.A. , saldo este ajustado e eliminado no resultado.
- (vi) Referem-se a custos relacionados à industrialização por encomenda e permuta que a Companhia realiza com a Fertilizantes Tocantins S.A., saldo este ajustado e eliminado no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou transações de compras com partes relacionadas, incluindo a aquisição de produtos da OCP S.A e das subsidiárias da controladora Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., nos montantes destacados acima, com prazos de pagamento estendidos em relação àqueles praticados em condições de mercado. Os saldos dessas transações no balanço patrimonial incluem R\$ 1.798.570 em contas a pagar.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o total da remuneração do pessoal chave da Administração foi como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Salários e encargos	7.139	2.267
Honorários dos administradores	682	1.604
Participação nos lucros	299	-
Rescisão de contrato	946	1.188
Outros	554	111
	<u>9.620</u>	<u>5.170</u>

10 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	Taxas de depreciação - % ao ano	
	Nominal	Média ponderada
Edifícios e construções	De 1,5 a 50	0,25
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	De 4 a 50	14,99
Outros	De 10 a 50	25,17

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2023	66.340	297.599	119.122	(55.169)	24.300	452.192
Aquisições	-	46	756	21.787	132.553	155.142
Baixas	-	(50)	(777)	(15.727)	(1.011)	(17.565)
Depreciação	-	(14.193)	(26.623)	(3.419)	-	(44.235)
Transferências	-	28.814	83.309	10.232	(122.355)	-
Impairment – CPC01	-	-	(14.424)	-	-	(14.424)
Em 31 de dezembro de 2023	66.340	312.216	161.363	(42.296)	33.487	531.110
Em 1º de janeiro de 2024	66.340	312.216	161.363	(42.296)	33.487	531.110
Aquisições	-	-	425	5.186	124.592	130.203
Baixas	-	(424)	(1.125)	(12.674)	(414)	(14.637)
Depreciação	-	(16.107)	(38.052)	(7.009)	-	(61.168)
Transferências	-	12.487	69.719	70.703	(152.909)	-
Em 31 de dezembro de 2024	66.340	308.172	192.330	13.910	4.756	585.508
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo	66.340	445.338	493.868	53.727	33.487	1.092.760
Depreciação	-	(133.122)	(332.505)	(96.023)	-	(561.650)
Valor residual líquido	66.340	312.216	161.363	(42.296)	33.487	531.110
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	66.340	477.406	587.042	51.810	22.932	1.205.530
Depreciação	-	(169.234)	(394.712)	(37.900)	(18.176)	(620.022)
Valor residual líquido	66.340	308.172	192.330	13.910	4.756	585.508

Em 31 de dezembro de 2024, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente à: (i) adequação em edifícios e construções nas unidades de Paulínia – SP; Três Corações – MG e Viana – ES, e, (ii) reforma maquinários que aumentaram a vida útil dos bens para as unidades de Candeias – BA, Paulínia – SP e Viana – ES.

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$ 302.050 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 280.465 em 31 de dezembro de 2023), estão dados em garantia de operações com fornecedores, inclusive partes relacionadas, e de financiamentos.

Testes do ativo imobilizado para verificação de *impairment*

Considerando o histórico de prejuízo das operações da Companhia somados à paralisação de certas unidades produtivas (Nota 1.1), a Administração da Companhia identificou a necessidade de realização de teste de redução ao valor recuperável dos ativos.

O ativo imobilizado é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Segue um resumo da alocação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024:

	Unidades em operação	Unidades Hibernadas	Total
Ativo imobilizado	484.641	100.867	585.508

O valor recuperável das UGCs das unidades da Companhia é determinado pelo valor justo líquido de despesa de venda. A administração da Companhia, contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do valor justo líquido de despesa de vendas dos ativos para todas as unidades da Companhia.

A avaliação do valor justo líquido das despesas de venda foi feita por meio do método comparativo de dados de mercado e quando na impossibilidade deste, foi aplicado o método de custo.

Método comparativo de dados de mercado: Método de avaliação que consiste na comparação de dados de mercado, relativos a outros bens de características idênticas ou similares ao bem a ser avaliado.

Método do custo: Método do custo é aquele em que o valor dos bens resulta de orçamento sumário ou detalhado ou da composição do custo de outros iguais ao bem a ser avaliado (custo de reprodução) ou equivalente a avaliação do valor justo líquido da despesa de venda pelos métodos descritos acima é considerada Nível 2 na hierarquia de valor justo visto que foram obtidos a partir de dados de mercado observáveis, a partir de preços em transações observadas envolvendo bens comparáveis (ou seja, similares) em locais similares.

Máquinas, equipamentos industriais

O valor justo das máquinas e equipamentos, foi determinado através da comparação direta com outros bens de características iguais ou similares ao bem avaliando ofertados para a venda no livre mercado, considerando-se as informações obtidas durante a vistoria.

Na inexistência dessa possibilidade de cotação, foi determinado para o bem avaliado, o custo de reposição novo, através de pesquisa junto a fornecedores, revendedores, representantes e fabricantes, ou atualização do valor de aquisição contábil pelo IGPM-FGV; ou ainda por banco de dados próprio e atualizado, a esse valor de novo, foi aplicado o método de depreciação técnica “Curva de Iowa L2”, de acordo com as informações técnicas obtidas durante a vistoria, tais como idade aparente, estado de conservação, grau de manutenção realizada e nível de obsolescência, e assim, determinado o valor justo.

Terrenos, edifícios e construções

Para os terrenos, edifícios e construções, a avaliação do valor justo líquido de despesa de venda, foi realizado pela aplicação do método comparativo de dados do mercado com aplicação de inferência estatística, esse foi realizado com uso software especializado com elementos coletados junto ao mercado imobiliário local nos níveis de precisão e fundamentação específicos.

Para a determinação do valor unitário básico de mercado, foi realizado um levantamento junto ao mercado imobiliário local e pessoas afins, comparando-se este com outros semelhantes, em oferta ou transacionados, tomando-se o cuidado de considerar as características específicas do imóvel em questão.

Com relação às edificações e benfeitorias, foi considerado o custo de reprodução ou de substituição de construções similares, conforme projeto ou custos padrões oficiais com apuração de variáveis de acréscimos ou decréscimos, além das respectivas depreciações, considerando o estado de conservação em que se encontraram durante as vistorias técnicas. Para a determinação do valor da edificação foram considerados os materiais empregados, padrão construtivo e suas características específicas. Todas as informações contidas nos laudos de avaliação estão em conformidade com a NBR 14.653 da ABNT.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia procedeu com o teste de *impairment* – CPC01 – Redução ao valor recuperável pelo método de alienação a valor justo, deduzindo as despesas para alienação como fretes e comissões, ao qual constatou-se um *impairment* sobre a classe de máquinas e equipamentos no montante de R\$ 14.424. Em 31 de dezembro de 2024, o cálculo foi efetuado por avaliadores externos contratados pela Companhia e demonstrou que o valor justo líquido das despesas de venda dos ativos imobilizados, é superior ao valor contábil do ativo imobilizado, não incorrendo, portanto, em ajuste de *impairment*.

11 Intangível

O ativo intangível apresenta movimentação como segue:

	Software	Direito de uso	Marcas e Patentes	Outros	Intangível em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2023	3.556	-	-	2.897	-	6.453
Aquisições	1.311	-	-	-	-	1.311
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	(215)	-	-	-	-	(215)
Em 31 de dezembro de 2023	4.652	-	-	2.897	-	7.549
Em 1º de janeiro de 2024	4.652	-	-	2.897	-	7.549
Aquisições	17.347	-	-	-	3.669	21.016
Baixas	-	-	-	-	(2.080)	(2.080)
Amortização	(955)	-	-	-	-	(955)
Transferências	1.146	-	-	-	(1.146)	-
Em 31 de dezembro de 2024	22.190	-	-	2.897	443	25.530
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo	22.026	57	34	2.897	-	25.014
Amortização	(17.374)	(57)	(34)	-	-	(17.465)
Valor residual líquido	4.652	-	-	2.897	-	7.549
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	40.519	57	34	2.897	443	43.950
Amortização	(18.329)	(57)	(34)	-	-	(18.420)
Valor residual líquido	22.190	-	-	2.897	443	25.530

12 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Contas a pagar no país	171.284	140.492
Contas a pagar com partes relacionadas no país (nota 9)	62.899	327.451
Contas a pagar no exterior (i)	403.032	14.980
Contas a pagar com partes relacionadas no exterior (i) (nota 9)	1.735.671	1.016.796
	2.372.886	1.499.719
Circulante	2.362.924	1.487.746
Não circulante	9.962	11.973
	2.372.886	1.499.719

- (i) A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores terceiros no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2024, considerando a existência de garantias de liquidez imediata junto aos credores, o montante de R\$ 247.931 foi considerado como extraconcursal na Recuperação Judicial e está apresentado no passivo circulante. Consequentemente não seguem os fluxos de pagamento apresentados na recuperação e por esse motivo está apresentado separadamente no passivo. O saldo remanescente refere-se a valores a pagar no fluxo normal das operações da Companhia, não há saldo em atraso em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou transações de compras com partes relacionadas, incluindo a aquisição de produtos da OCP S.A. e das subsidiárias da controladora Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., nos montantes destacados acima, com prazos de pagamento estendidos em relação àqueles praticados em condições de mercado. Os saldos dessas transações no balanço patrimonial incluem R\$ 1.798.570 em contas a pagar.

13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os valores contábeis e valor justo dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 24.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

Moeda nacional	Taxa de juros contratual	Data de Vencimento	Taxa de juros efetiva	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Capital de giro (i)	TR + 4% a.a.	30/11/2025	TR + 4% a.a.	23.129	19.058
Convênio produtor rural	15,60% a.a.	30/09/2025	15,60% a.a.	1.445	6.638
				24.574	25.696
Circulante				24.574	25.696
				24.574	25.696

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

(i) Capital de giro

Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a Companhia reconheceu empréstimos ao qual é coobrigada a pagar, em caso de eventual inadimplência.

(ii) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Período findo em:	2024	2025	Total
31 de dezembro de 2024	-	24.574	24.574
31 de dezembro de 2023	25.696	-	25.696

(iii) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	Capital de giro	Convênio produtor rural	Total
Em 1º de janeiro de 2023	4.694	7.042	11.736
Captações	86.720	6.638	93.358
(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada	(70.787)	(7.042)	(77.829)
(-) Pagamento de juros	(1.569)	-	(1.569)
Em 31 de dezembro de 2023	19.058	6.638	25.696
Em 1º de janeiro de 2024	19.058	6.638	25.696
Captações	132.089	1.445	133.534
(-) Pagamento de principal	(128.827)	(6.638)	(135.465)
(-) Pagamento de juros	(3.275)	-	(3.275)
Provisão de juros	4.084	-	4.084
Em 31 de dezembro de 2024	23.129	1.445	24.574

14 Dívidas inscritas na Recuperação judicial

Com advento da aprovação do Plano de recuperação judicial em Assembléia geral de credores ocorrida em 03 de dezembro de 2019, os prazos, encargos e demais condições relacionadas às dívidas firmadas pela Companhia antes da Recuperação judicial foram novados, passando a vigorar as condições apresentadas no Plano de recuperação judicial, conforme determina a Lei 11.101/2005. Consequentemente, os passivos concursais originalmente submetidos à Recuperação judicial foram extintos, surgindo assim, um novo passivo financeiro mensurado a valor justo, conforme previsto no CPC48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9). A Companhia procedeu com a mensuração subsequente dos referidos passivos ao custo amortizado, considerando as taxas efetivas de juros, conforme determina as práticas contábeis.

Sob tais premissas, o valor contábil das obrigações da Companhia inscritas na Recuperação judicial totaliza o montante de R\$ 1.390.105 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.035.507 em 31 de dezembro de 2023), com a seguinte composição por classe de credor e opção de pagamento:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Fornecedores - RJ		
Classe II – Garantia Real	97.131	86.526
Classe III – Quirografários	795.622	588.923
Classe IV – Quirografários EPP/MP	2.156	2.156
	894.909	677.605
Circulante	101.539	52.258
Não circulante	793.370	625.347
	894.909	677.605
Empréstimos - RJ		
Classe II – Garantia Real	186.520	156.842
Classe III – Quirografários	308.585	200.969
	495.105	357.811
Circulante	94.734	49.577
Não circulante	400.371	308.234
	495.105	357.811
Salários e encargos sociais		
Classe I – Trabalhista	91	91
Circulante	91	91
	1.390.105	1.035.507

A movimentação dos saldos inscritos na recuperação são como segue:

Opção de Pagamento	Classe I Trabalhista	Classe II Garantia Real		Classe III Quirografários			Classe IV Quirografários EPP/MP		Total
	Única	Opção 1	Opção 2	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 1	Opção 2	
Em 1º de janeiro de 2023	99	247.703	-	203.597	33.378	531.320	959	1.613	1.018.669
Variação Cambial do período	-	(7.768)	-	(14.295)	(2.343)	(37.305)	-	-	(61.711)
Juros Incorridos	-	17.762	-	29.287	4.801	76.428	279	469	129.026
(-) Pagamentos Realizados	-	(14.329)	-	(5.421)	(833)	(28.650)	(1.151)	(13)	(50.397)
Ajustes / Transferências	(8)	-	-	-	(72)	-	-	-	(80)
Em 31 de dezembro de 2023	91	243.368	-	213.168	34.931	541.793	87	2.069	1.035.507
Em 1º de janeiro de 2024	91	243.368	-	213.168	34.931	541.793	87	2.069	1.035.507
Variação Cambial do período	-	42.439	-	51.637	7.892	140.465	-	-	242.433
Juros Incorridos	-	25.765	-	45.575	6.965	123.974	151	1.013	203.443
(-) Pagamentos Realizados	-	(27.904)	-	(13.620)	(453)	(46.276)	(1.159)	(6)	(89.418)
Ajustes / Transferências	-	-	-	64	(1.924)	-	1.707	(1.707)	(1.860)
Em 31 de dezembro de 2024	91	283.668	-	296.824	47.411	759.956	786	1.369	1.390.105

Os vencimentos finais das dívidas inscritas na recuperação são como seguem:

Prazo de pagamento	Classe I Trabalhista	Classe II Garantia Real		Classe III Quirografários			Classe IV Quirografários EPP/MP		Total
	Única	Opção 1	Opção 2	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 1	Opção 2	
Vencimento final	dezembro/2020	dezembro/2029	dezembro/2040	dezembro/2045	dezembro/2040	dezembro/2045	dezembro/2040	dezembro/2040	
Em 31 de dezembro de 2024	91	283.668	-	296.824	47.411	759.956	786	1.369	1.390.105

Os valores constantes como vencidos na classe I – trabalhista, referem-se a pagamentos que foram efetuados a ex-colaboradores com saldos habilitados na recuperação judicial, que foram devolvidos em função de incorreções em suas contas bancárias.

15 Provisão para Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a provisão para contingências é composta como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Contingências de naturezas:		
Tributárias e administrativas	5.753	1.624
(-) Depósitos judiciais	(1.718)	(1.603)
	4.035	21
Trabalhistas e previdenciárias (a)	60.115	50.907
(-) Depósitos judiciais	(3.524)	(3.672)
	56.591	47.235
Cíveis e ambientais	12.514	20.473
(-) Depósitos judiciais	(17)	(16)
	12.497	20.457
Total da provisão para contingências	78.382	73.004
(-) Depósitos judiciais	(5.259)	(5.291)
	73.123	67.713

- (a) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

(i) Movimentação da provisão para contingências

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Saldo inicial	73.004	62.218
Constituição (reversão) de provisões	5.605	3.835
Atualização monetária	(227)	6.951
Saldo final	78.382	73.004

(ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Tributários e administrativos	15.650	16.165
Cíveis e ambientais	1.903	1.843
Previdenciários	2.705	3.024
Trabalhistas	3.597	3.769
	23.855	24.801
Classificados como redutores da provisão para contingência	(5.259)	(5.291)
Saldo de Depósitos Judiciais – Ativo Não Circulante	18.596	19.510

(iii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Tributárias e administrativas (i)	197.419	182.914
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	21.699	27.958
Cíveis e ambientais (iii)	19.734	22.000
	238.852	232.872

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

- (i) As ações tributárias referem-se, substancialmente, à autos de infração recebidos pela Companhia em decorrência de utilização de PIS e COFINS para compensação de IRPJ e CSLL que são objetos de questionamento por parte das autoridades fiscais, conforme descrito na Nota 6, no montante de R\$ 169.397. Adicionalmente a Companhia possui ações relacionadas à ICMS no montante de R\$ 23.970, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa. A Companhia conta com apoio de consultores jurídicos para acompanhamento do andamento dos processos e avaliação dos prognósticos de perda, para os quais entende que a probabilidade de perda é “possível”, portanto, nenhuma provisão foi constituída.
- (ii) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários. A administração da Companhia acompanha o andamento dos referidos processos, e, juntamente com seus consultores jurídicos avalia a existência de evidência de necessidade de desembolso de caixa.
- (iii) As ações cíveis e ambientais – com pedidos de indenizações por danos morais aos moradores da comunidade próxima da fábrica – estão substancialmente relacionadas à Ação Civil Pública que tem como objeto a unidade de Paranaguá.

(iv) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá – PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá – PR.

No que tange à solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área, as chances de perda, amparada na posição de seus consultores jurídicos, são classificadas como remotas.

Em estrito cumprimento à determinação da sentença, a Companhia vem conduzindo o processo de licenciamento ambiental, sendo que em julho de 2019 a Companhia protocolou o EIA/RIMA no órgão ambiental competente (IAT – Instituto Água e Terra), bem como submeteu o referido estudo de impacto ambiental à audiência pública realizada em dezembro de 2019. Atualmente o processo de licenciamento encontra-se em análise pelo órgão competente visando a emissão da Licença Prévia.

Em dezembro de 2020 foi publicado acórdão (“TRF4”) que julgou as apelações da Companhia e do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo negado o apelo das partes. Em face do acórdão proferido, as partes opuseram embargos de declaração. Em agosto de 2021 foi proferido acórdão (“TRF4”), que negou provimento aos Embargos de Declaração opostos pelas partes. Em face do acórdão que negou provimento aos recursos de apelação das partes a Companhia interpôs Recurso Especial em 16 de setembro de 2021, o qual foi proferida decisão em 10 de janeiro de 2022 admitindo o recurso especial interposto. Atualmente o aguarda-se pela remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento. No período findo em 31 de dezembro de 2024 não houve mudanças no processo.

(v) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 45.011 (R\$ 42.911 em 31 de dezembro de 2023) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal.

16 Outros Passivos

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Demurrage a pagar	51.708	37.192
Custo de importação a pagar	32.083	53.937
Compartilhamento de gastos (ii)	10.722	56.386
Provisão de comissões	4.229	3.497
Representantes comerciais a pagar	106	19
Outras contas a pagar (i)	24.268	16.801
	123.116	167.832
Circulante	123.116	167.832
	123.116	167.832

- (i) Refere-se a valores para pagamentos a assessores externos, que auxiliam a Companhia no processo de Recuperação Judicial.
- (ii) Refere-se ao registro de contas a pagar para partes relacionadas, referente a despesas com colaboradores que prestam serviços entre companhias do mesmo grupo econômico, conforme nota 9.

17 Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

a. Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$ 800.000.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é no valor de R\$ 585.518, e está representado por 53.857.284 ações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS.

c. Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2024, o montante que seria destinado a reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 1.169, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2024, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
PSDI (i)	217.417	87	-	2.782	2.616	1.993	647	225.542
Desenvolve (ii)	17.405	1.499	4.741	9.606	2.794	2.507	522	39.074
Outros incentivos recebidos	6.685	-	-	-	-	-	-	6.685
	241.507	1.586	4.741	12.388	5.410	4.500	1.169	271.301

Benefício fiscal de redução de ICMS:

- (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.
- (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

18 Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares, exceto valores por ação):

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(1.154.741)	(361.003)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	53.857	53.857
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária – R\$	(21,4409)	(6,7030)

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária. Não há diluição de prejuízos.

19 Receita operacional líquida

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB (“Free on Board”), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, o produto nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF (“Cost, Insurance and Freight”), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Vendas brutas de produtos	4.766.847	5.487.397
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Impostos sobre as vendas	(147.707)	(134.669)
Devoluções das vendas	(14.556)	(21.032)
Perda esperada nos recebimentos das vendas	(2.831)	(678)
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	647	2.144
Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	522	2.507
	<u>4.602.922</u>	<u>5.335.669</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresenta a seguinte distribuição regional da receita operacional:

Regiões	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Sudeste	2.850.180	3.013.510
Norte-Nordeste	916.977	1.040.441
Centro-Oeste	433.152	913.295
Sul	408.275	368.423
	<u>4.608.584</u>	<u>5.335.669</u>

Passivo de contrato

A tabela a seguir fornece informações sobre os passivos de contratos com clientes:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Passivos de contrato	<u>94.005</u>	<u>150.698</u>
	<u>94.005</u>	<u>150.698</u>

Os passivos de contratos referem-se principalmente ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes pela aquisição de fertilizantes, para a qual a receita é reconhecida ao longo do tempo. Isso será reconhecido como receita à medida em que a obrigação de performance seja satisfeita, o que é atendido quando o cliente obtém o controle do produto.

20 Custo e despesas por natureza

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados aos custos dos estoques e posteriormente ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes. As despesas com frete relacionadas à entrega do produto, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Matérias-primas e materiais de produção	4.284.339	5.110.957
Despesas com transporte	111.752	126.221
Despesas com pessoal (Nota 24)	221.985	211.096
Depreciação e amortização	60.683	47.456
Despesas comerciais	44.839	39.401
Arrendamentos mercantis operacionais	1.976	960
Participação nos resultados (Nota 24)	8.590	17.205
Despesas com consultorias	13.464	4.711
Despesas com publicidade	1.257	712
Outros gastos (i)	114.171	150.220
	4.863.056	5.708.939
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos	4.476.709	5.327.169
Despesas com vendas	188.999	216.135
Despesas gerais e administrativas	197.348	165.635
	4.863.056	5.708.939

- (i) Provisão nas matérias-primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao valor de realização considerando a dificuldade de repasse dos custos do estoque nas vendas.

21 Outras receitas (despesas) operacionais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia reconheceu Outras Receitas (Despesas) Operacionais, aos quais a abertura está abaixo apresentada:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Tributos federais sobre “Outras Despesas”	(1.872)	(1.083)
Perda na alienação de ativos imobilizados	(80)	(3)
Multas Diversas	(347)	(670)
Deságio sobre vendas de ICMS	-	(229)
Outras despesas operacionais	-	(1.334)
	(2.299)	(3.319)
Bonificação de Compras	-	100
Ganhos com alienação de Ativos	216	1.320
Outras Receitas Operacionais (i)	3.716	5.578
	3.932	6.998
	1.633	3.679

- (i) Refere-se basicamente ao registro de receitas com *Despatch* (otimização no processo de descarga de navios), assim como, reconhecimento de passivos não realizáveis registrados no balanço patrimonial da Companhia, anteriores ao pedido de recuperação judicial, dos quais não foram listados no Plano de Recuperação Judicial.

22 Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício em “Despesas financeiras, líquidas”.

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Variação cambial ativa	102.742	152.615
Variação cambial passiva (i)	(737.393)	(53.984)
	(634.651)	98.631

- (ii) A variação cambial do dólar entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024 teve impactos significativos no resultado da Companhia. A volatilidade da moeda americana afetou diretamente as dívidas inscritas na recuperação judicial no montante de R\$ 242.433, assim como os saldos a pagar em dólar para fornecedores de matérias-primas importadas no montante de R\$ 392.218.

Devido à apreciação do dólar, houve um aumento no valor das dívidas denominadas em moeda estrangeira, o que resultou em maiores encargos financeiros registrados no período. Esse aumento nas obrigações financeiras impactou negativamente o resultado financeiro da Companhia. Além disso, os fornecedores de matérias-primas importadas também foram afetados, com a elevação dos custos de aquisição refletindo-se nas despesas operacionais.

Para mitigar os impactos cambiais nos próximos anos, a Administração está considerando a implementação de uma política de hedge. Esta estratégia visa proteger a Companhia contra a volatilidade cambial, assegurando uma maior previsibilidade dos custos e das obrigações financeiras em moeda estrangeira.

23 Despesas financeiras, líquidas

As receitas (despesas) financeiras com juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

As demais receitas (despesas) financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência.

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Despesas financeiras		
Juros incorridos sobre as dívidas inscritas na Recuperação judicial	(203.511)	(129.232)
Juros sobre passivos financeiros	(4.095)	(13.345)
Despesas com ajustes a valor presente	(20.522)	(9.005)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(9.714)	(24.086)
Descontos concedidos	(8.663)	(11.421)
Despesas com ajustes a valor justo	(357)	(726)
Variações monetárias passivas	(919)	(5.987)
	(247.781)	(193.802)
Receitas financeiras		
Receitas com ajustes a valor presente	50.758	51.701
Variações monetárias ativas	13.994	13.004
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	39.048	5.648
Receitas com ajuste a valor justo	357	857
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8.373	1.688
	112.530	72.898
	(135.251)	(120.904)

24 Despesas com empregados

As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ordenados e salários	98.027	95.383
Benefícios adicionais (i)	41.457	67.111
Compartilhamento de gastos	27.850	28.645
Custos de previdência social	24.290	25.062
Benefícios previstos em Lei	17.261	16.616
Indenizações	13.100	7.194
	221.985	240.011
Participação nos resultados	8.590	17.205
	230.575	257.216

- (i) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar, pecúlio, alimentação e programa de participação nos resultados.

25 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

31 de dezembro de 2024			
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	98.405	98.405
Contas a receber de clientes	-	218.477	218.477
Depósitos judiciais	-	45.974	45.974
Dep. Judiciais, redutor da provisão contingência	-	18.595	18.595
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	-	5.260	5.260
	-	386.711	386.711

31 de dezembro de 2024		
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	(24.574)	(24.574)
Empréstimo e financiamentos RJ	(495.105)	(495.105)
Fornecedores	(2.372.885)	(2.372.885)
Fornecedores RJ	(894.909)	(894.909)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(83.975)	(83.975)
	(3.871.448)	(3.871.448)

31 de dezembro de 2023			
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	40.932	40.932
Contas a receber de clientes	-	539.934	539.934
Depósitos judiciais	-	19.510	19.510
Dep. Judiciais, redutor da provisão contingência	-	5.291	5.291
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	-	51.553	51.553
	-	657.220	657.220

31 de dezembro de 2023		
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	(25.696)	(25.696)
Empréstimo e financiamentos RJ	(357.811)	(357.811)
Fornecedores	(1.499.719)	(1.499.719)
Fornecedores RJ	(677.605)	(677.605)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(92.141)	(92.141)
	(2.652.972)	(2.652.972)

Considerando que as operações possuem vencimento de curto prazo, que as taxas de remuneração dos contratos estão próximas às taxas de mercado, livres de risco do Brasil, adicional a taxa de risco da própria Companhia, em 31 de dezembro de 2023, o valor justo dessas operações equipararam-se ao valor contábil, devido ao cenário econômico, taxa de juros e câmbio. Em 31 de dezembro de 2024, devido a mudança deste cenário econômico, a Companhia divulgou o valor justo do instrumento financeiro.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	31 de dezembro de 2024	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	98.405	98.405
Contas a receber de clientes	218.477	218.477
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	45.974	45.974
Depósitos judiciais	18.595	18.595
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	5.260	5.260
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(24.574)	(24.574)
Empréstimos e financiamentos – RJ	(495.105)	(478.175)
Fornecedores	(2.372.885)	(2.372.885)
Fornecedores – RJ	(894.909)	(864.307)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(83.975)	(83.975)

	31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	40.932	40.932
Contas a receber de clientes	539.934	539.934
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	51.553	51.553
Depósitos judiciais	19.510	19.510
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	5.291	5.291
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(25.696)	(25.696)
Empréstimos e financiamentos – RJ	(357.811)	(357.811)
Fornecedores	(1.499.719)	(1.499.719)
Fornecedores – RJ	(677.605)	(677.605)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(92.141)	(92.141)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide nota 12 para mais detalhes.

Hierarquia de valor justo	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
	Nível II	Nível II
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	98.405	40.932
Empréstimos e financiamentos	24.574	25.696

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não havia outros ativos e passivos avaliados a valor justo.

26 Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

a. Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a Administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

b. Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. As dívidas da Companhia que estão inscritas na Recuperação Judicial, tem taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de TR para dívidas nacionais ou Libor para dívidas estrangeiras quando aplicável

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de sensibilidade

Dado a característica de remuneração e as taxas de juros das classificações não é esperado nenhum efeito significativo no resultado da Companhia. Encontra-se a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Instrumentos financeiros não derivativos

Câmbio USD

	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido - Cenários				
	II -25%	III -50%	Provável	II 25%	III 50%
Cotação do dólar	R\$ 4,4925	R\$ 2,9950	R\$ 5,9900	R\$ 7,4875	R\$ 8,9850
Fornecedor no exterior, líquido de importação em trânsito	391.190	782.381	(52.847)	(391.190)	(782.381)
Fornecedores RJ	265.445	530.891	35.859	(265.445)	(530.891)
Empréstimos e financiamentos RJ	169.819	339.639	22.941	(169.819)	(339.639)
Contas a receber no exterior	(577)	(1.153)	(78)	577	1.153
Ganho (perda), líquido	<u>825.877</u>	<u>1.651.758</u>	<u>5.875</u>	<u>(825.877)</u>	<u>(1.651.758)</u>

Câmbio EUR

	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido - Cenários				
	II -25%	III -50%	Provável	II 25%	III 50%
Cotação do euro	R\$ 5,0224	R\$ 3,3483	R\$ 6,6966	R\$ 8,3707	R\$ 10,0449
Financiamento de importação	825	1.650	-	(825)	(1.650)
Ganho (perda), líquido	<u>825</u>	<u>1.650</u>	<u>-</u>	<u>(825)</u>	<u>(1.650)</u>

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro previsto	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Importação em andamento (Nota 5)			
US\$ (19.066) mil (US\$ (4.185) mil em 31/12/2023)	Até 35 dias	(118.061)	(20.259)
Fornecedores no exterior (Nota 12)			
US\$ 280.295 mil (US\$ 180.165 mil em 31/12/2023)	Até 178 dias	1.735.672	1.031.775
Fornecedores – RJ US\$ 176.747 mil / €\$ 493 mil (US\$ 124.273 / €\$ 2.128 em 31/12/2023) (Nota 14)	Até o ano de 2045	1.097.639	751.394
Empréstimos e financiamentos – RJ US\$ 113.402 mil (US\$ 101.992 mil em 31/12/2023) (Nota 14)	Até o ano de 2045	<u>702.221</u>	<u>493.772</u>
		<u>3.417.471</u>	<u>2.256.682</u>
Contas a receber no exterior US\$ (385) mil (US\$ (386) mil em 31/12/2023) (Nota 4)	Até 30 dias	<u>(2.387)</u>	<u>(1.869)</u>
Exposição líquida		<u>3.415.084</u>	<u>2.254.813</u>

Devido à relevância das importações de matérias-primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. A Companhia opera com margem de custo de reposição, o custo dos produtos vendidos está em linha com os preços das matérias-primas em dólar norte americano e desta forma considera um “hedge” natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos. A Companhia detinha ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 363.153 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 40.932 em 31 de dezembro de 2023). O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado na agência de rating Moody’s.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas podem ser avaliados mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas por empresa especializada, quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
Baixo risco para longo prazo	98.405	40.932
	98.405	40.932

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

d. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo head de finanças e controladoria juntamente com a gerência Financeira.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, exceto pelos empréstimos e financiamentos.

	Menos de Um ano	Entre Um e Dois anos	Entre Dois e Vinte e Cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024			
Empréstimos e financiamentos	24.574	-	-
Empréstimos e financiamentos - RJ	94.734	-	400.371
Fornecedores	2.362.924	13.247	3.285
Fornecedores - RJ	101.539	-	793.370
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	83.975	-	-
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	25.696	-	-
Empréstimos e financiamentos - RJ	49.577	-	308.234
Fornecedores	1.487.745	3.526	8.448
Fornecedores - RJ	52.527	-	625.078
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	92.141	-	-

e. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – provável:

- Instrumentos com risco cambial – os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$5,9900/US\$ e R\$6,6966/EUR, com base no relatório semanal FOCUS divulgado pelo Banco Central (BC), observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2024, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir dessas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros – manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varia de acordo com os percentuais abaixo indicados.

f. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

27 Eventos subsequentes

Restituição de Tributos Federais

Em 20 de fevereiro de 2025, a Companhia recebeu depósitos bancários referentes à restituição do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) dos exercícios de 2012 e 2022, além da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício de 2022. O valor total restituído foi de R\$ 85.605, que foi creditado na conta corrente da Companhia. Esse montante fortalecerá a liquidez imediata e será destinado ao reforço do capital de giro no curto prazo.

* * *

Composição da Diretoria

Gustavo Bastide Horbach
Diretor Presidente

Fausto Pereira Goveia
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Responsável Técnico

Robson Cordeiro Ferreira de Freitas
Contador CRC SP-296422/O-9



FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88
NIRE 32.3.0002794-6

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE
O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Na qualidade de Diretores da Fertilizantes Heringer S.A., declaramos nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com os termos das demonstrações financeiras e do parecer dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 24 de março de 2025.

Gustavo Bastide Horbach
Diretor Presidente

Fausto Pereira Goveia
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Fabio Canfora
Diretor Comercial

Augusto Cesar Gomes De Oliveira
Diretor de Operações



FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88
NIRE 32.3.0002794-6

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria não estatutário da Fertilizantes Heringer S.A. (“Companhia”), reunido com representantes da Companhia e da KPMG Auditores Independentes Ltda., auditores independentes da Companhia, examinou as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes da Companhia (“Demonstrações Financeiras”). Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, preparado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., o Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia recomendou, por unanimidade e sem ressalvas, ao Conselho de Administração da Companhia a aprovação de referidas Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 24 de Março de 2025.

Flávio Cesar Maia Luz
Coordenador e membro efetivo

José Roberto Lopes
Membro Efetivo

Leomir Pereira dos Santos
Membro Efetivo

Alexandre Yoiti Fujimoto
Membro Efetivo



FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88
NIRE 32.3.0002794-6

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Apresentação e Histórico

O Comitê de Auditoria Não Estatutário ("Comitê") da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, cuja instalação está prevista no artigo 19 do Estatuto Social da Companhia.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Novo Mercado", respectivamente) e com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2023, o Comitê é composto por 4 (quatro) membros, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos, nos termos das leis e regulamentos aplicáveis e do Estatuto Social.

O Comitê foi instalado pelo Conselho de Administração em 2023 e é composto dos seguintes membros: Sr. Flávio César Maia Luz, como Coordenador do Comitê (conselheiro independente), Sr. Leomir Pereira dos Santos e Sr. José Roberto Lopes (contador com experiência em contabilidade societária) e sr. Alexandre Yoiti Fujimoto (conselheiro independente), como membros do Comitê.

Os Srs. Flávio César Maia Luz, Leomir Pereira dos Santos e José Roberto Lopes foram eleitos em Reunião do Conselho de Administração em 31 de agosto de 2023, enquanto o Sr. Alexandre Yoiti Fujimoto foi eleito em Reunião do Conselho de Administração em 22 de novembro de 2024.

De acordo com a estrutura de governança da Companhia, evidenciada em seu Estatuto Social, políticas e regimentos internos, o Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e atua com autonomia operacional e dotação orçamentária anual, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e a eventual contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente.

As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. ("Auditores Independentes") é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, conforme as normas vigentes. Os Auditores Independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais ("ITRs") devidamente reportados ao mercado e à CVM. O relatório dos Auditores Independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta adequadamente a opinião dos Auditores Independentes, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Atividades exercidas em 2024

Nos termos do artigo 11 do Regimento Interno do Comitê, suas reuniões ordinárias devem ser realizadas, no mínimo, a cada três meses. Neste sentido, ele se reuniu 7 (sete) vezes no período entre janeiro de 2024 a dezembro de 2024.

Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais foram assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia.

As principais atividades realizadas pelo Comitê no período entre janeiro de 2024 a dezembro de 2024 foram:

- (a) aprovação do cronograma de atividades do Comitê de Auditoria para o exercício social de 2024;
- (b) aprovação da emissão do relatório anual resumido de atividades, e exame e recomendação de aprovação ao Conselho de Administração da Companhia acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (c) recomendação de aprovação ao Conselho de Administração da Companhia acerca da contratação da empresa de auditoria independente da Companhia para o exercício social encerrado em 31/12/2024;
- (d) apreciar as demonstrações financeiras trimestrais relativas aos períodos encerrados em 31 de março de 2024, 30 de junho de 2024 e 30 de setembro de 2024;
- (e) apreciar a atualização de informações referentes às denúncias e respectivas investigações pela Companhia;
- (f) encerramento da operação de mistura da Unidade de Catalão da Companhia;
- (g) revisão acerca de celebração de contrato com parte relacionada entre a Companhia e Fertilizantes Tocantins S.A. ("FTO"), para a prestação de serviços de industrialização de produtos da Companhia pela FTO, a ser executado na Unidade de Catalão/GO da FTO;
- (h) análise dos controles internos da Companhia: processos de estruturação internas de equipes de controles internos, (ii) a revisão dos acessos no SAP durante novembro, (iii) a revisão de processos dos ciclos de Receitas, Créditos, Contas a Receber e Compras e (iv) status de follow-up dos pontos da Carta de Controles levantados pelos auditores independentes KPMG;
- (i) apreciar o plano de trabalho apresentado pela KPMG Auditores Independentes Ltda. para o encerramento do exercício de 2024;
- (j) apreciar e discutir acerca dos riscos mapeados pela Companhia até então que devem compor a matriz de risco da Companhia;
- (k) apreciar a atualização acerca dos trabalhos realizados pela consultoria prestadora de serviços de auditoria interna da Companhia;
- (l) analisar as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2024 e apreciar os trabalhos realizados pela auditoria independente da Companhia.

Conclusões sobre as Demonstrações Financeiras

Com base nos exames efetuados sobre as Demonstrações Financeiras do exercício encerrados em 31/12/2024 e considerando o relatório sem ressalvas apresentado na presente data pela KPMG Auditores Independentes Ltda., o Comitê de Auditoria não Estatutário da Companhia recomenda, por unanimidade, ao Conselho de Administração da Companhia, a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras e o respectivo Relatório da Administração.

Paulínia, 24 de março de 2025.

Flávio Cesar Maia Luz
Coordenador e membro efetivo

José Roberto Lopes
Membro Efetivo

Leomir Pereira dos Santos
Membro Efetivo

Alexandre Yoiti Fujimoto
Membro Efetivo

ANEXO III À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO QUE SERÁ SUBMETIDA À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025

REMUNERAÇÃO GLOBAL DA ADMINISTRAÇÃO (ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

8.1 Política ou prática de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia para a Diretoria Estatutária e Conselho de Administração segue padrão de mercado, com objetivo de atrair e reter profissionais adequados ao cargo.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando (i) os órgão e comitês do emissor que participam do processo decisório; (ii) critérios e metodologias utilizadas na fixação da remuneração; (iii) frequência e forma pela qual o conselho avalia a adequação da política de remuneração

O processo de definição da remuneração individual se inicia com a avaliação da área de recursos humanos da Companhia, que reflete as práticas de mercado. A aprovação do montante global, considerando a opinião da área de recursos humanos é realizada pelo Conselho de Administração que submete os valores à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

A área de Recursos Humanos acompanha periodicamente as movimentações do mercado relativas à remuneração de administradores.

c. Composição da remuneração, indicando:

- i. Descrição dos elementos da remuneração incluindo, em cada um deles**
 - **Objetivos**

Conselho de Administração:

Os membros Independentes do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais seguindo a prática de mercado, e bônus anual que corresponde a 50% de sua remuneração mensal, aplicando-se o mesmo fator salarial atribuído aos empregados do setor corporativo, no âmbito do programa de participação nos resultados do exercício, visando melhor integração com os objetivos da Companhia.

Diretoria Estatutária:

Os membros da Diretoria Estatutária recebem salários fixos seguindo a prática de mercado e participação nos resultados, conforme acordo firmado entre empresa e comissão de empregados, com a participação do sindicato profissional.

Nossa prática de remuneração conta com salário fixo e variável (PPR) e benefícios adicionais, objetivando proporcionar aos administradores e empregados, segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo, tais como: assistência médica, seguro de vida, previdência complementar e alimentação. Essa prática de remuneração com itens, tais como, previdência complementar e PPR visam também objetivos de médio e longo prazo, como a retenção de talentos e a busca de bons resultados, em linha com o objetivo da Companhia.

Conselho Fiscal:

Os membros independentes do Conselho Fiscal, caso e se instalado, recebem honorários fixos mensais seguindo a prática de mercado.

- em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos últimos 3

2024	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Pós-emprego	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	40%	44%	0%	5%	11%	100%
Diretoria Não Estatutária	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Comitês	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%	0%

(três) exercícios sociais:

2023	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	67%	15%	0%	18%	100%
Diretoria Não Estatutária	0%	0%	0%	0%	0%
Comitês	0%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	100%

2022	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Total
Conselho de Administração	86%	14%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	60%	15%	0%	25%	100%
Diretoria Não Estatutária	0%	0%	0%	0%	0%

Comitês	0%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	100%

- **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:**

Os reajustes da remuneração dos administradores da Companhia são definidos seguindo as práticas de mercado, considerando para análise companhias do mesmo segmento e porte e informações divulgadas por outras companhias tais como formulários de referência, dentro do limite do valor determinado pela Assembleia Geral Ordinária.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, , inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:**

A remuneração dos administradores é estruturada com base em indicadores de desempenho que buscam alinhar os interesses da gestão com a criação de valor sustentável para os acionistas e demais partes interessadas. Esses indicadores podem ser divididos em financeiros, operacionais e socioambientais, refletindo tanto a performance da companhia quanto sua aderência a boas práticas de governança. Entre os principais indicadores levados em conta destacam-se o EBITDA, custo fixo e margem de lucro, que avaliam a eficiência, lucratividade e geração de valor ao longo do tempo. No âmbito operacional, métricas como crescimento de receita, expansão de market share, eficiência produtiva e inovação também podem ser frequentemente utilizadas.

Dessa forma, a estrutura de incentivos da administração busca garantir que a tomada de decisões esteja alinhada com os interesses de longo prazo da Companhia

ii. Razões que justificam a composição da remuneração:

A remuneração fixa tem por objetivo atrair e reter profissionais qualificados e a remuneração variável os motiva a perseguir os objetivos da Companhia.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Exceto pelos membros independentes do Conselho de Administração, os demais membros do Conselho de Administração não são remunerados pela Companhia, tendo em vista que são remunerados por sua função como Diretor, ou exercem outra função no grupo do acionista controlador.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos, razão pela qual o item não se aplica à Companhia.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, razão pela qual o item não se aplica à Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00	0,00	7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	396.000,00	2.756.044,68	0,00	3.152.044,68
Benefícios direto e indireto	0,00	315.305,24	0,00	315.305,24
Participações em comitês	172.400,00	0,00	0,00	172.400,00
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.742.511,42	0,00	1.742.511,42
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.157.518,56	0,00	1.157.518,56
Descrição de outras remunerações variáveis		Remuneração Variável à título de Incentivo de Longo Prazo		
Pós-emprego	0,00	392.877,97	0,00	392.877,97
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	568.400,00	6.364.257,87	0,00	6.932.657,87

Remuneração total para o Exercício Social 2024 - 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00	0,00	7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	396.000,00	2.599.551,67	0,00	2.995.551,67
Benefícios direto e indireto	0,00	297.401,66	0,00	297.401,66
Participações em comitês	172.400,00	0,00	0,00	172.400,00
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.828.207,68	0,00	2.828.207,68
Participação de resultados	0,00	298.500,82	0,00	298.500,82
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	96.597,00	0,00	96.597,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Incentivo de Longo Prazo		
Pós-emprego	0,00	392.877,97	0,00	392.877,97
Cessação do cargo	0,00	799.745,97	0,00	799.745,97
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	568.400,00	7.312.882,77	0,00	7.881.282,77

Remuneração total para o Exercício Social 2023 - 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	429.000,00	1.970.704,23	249.433,34	2.649.137,57
Benefícios direto e indireto	00	240.325,39	0,00	240.325,39
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	85.500,00	601.822,87	49.886,67	737.209,54
Descrição de outras remunerações fixas	INSS parte da empresa	iNSS parte da empresa	iNSS parte da empresa	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	345.249,78	0,00	345.249,78
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis			INSS parte da empresa	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	770.349,96	0,00	770.349,96
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	514.500,00	3.928.452,23	299.320,01	4.742.272,24

Remuneração total do Exercício Social em 2022 - 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	5,00	14,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	5,00	13,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	513.035,05	1.820.925,18	147.000,00	2.480.960,23
Benefícios direto e indireto	0,00	1.220.646,73	0,00	1.220.646,73
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	123.142,05	547.871,33	29.400,00	700.413,38
Descrição de outras remunerações fixas	INSS parte da empresa	INSS parte da empresa	INSS parte da empresa	
Remuneração variável				
Bônus	120.710,42	377.762,35	0,00	498.472,77
Participação de resultados	0,00	538.187,40	0,00	538.187,40
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis			INSS parte da empresa	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.493.155,70	0,00	1.493.155,70
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	756.887,52	5.998.548,69	176.400,00	6.931.836,21

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00	0,00	7,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1.394.009,136	0,00	1.394.009,136
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.091.013,704	0,00	2.091.013,704
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.742.511,42	0,00	1.742.511,42
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00	0,00	7,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2.667,18	712.059,00	0,00	714.726,18
Valor máximo previsto no plano de remuneração	468.000,00	1.708.941,6	0,00	2.176.941,6
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.424.118,00	0,00	1.424.118,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.828.207,68	0,00	2.828.207,68
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	298.500,82	0,00	298.500,82

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	2,00	0,00	3,00	5,00
Esclarecimento		nenhum membro remunerado		
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2.667,18	0,00	0,00	2.667,18
Valor máximo previsto no plano de remuneração	406.361,00	0,00	0,00	406.361,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	769.323,00	0,00	769.323,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.172.110,00	0,00	1.172.110,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	5,00	14,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00	0,00	9,00
Esclarecimento			Nenhum membro remunerado	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	252.120,00	400.000,00	0,00	652.120,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	384.120,00	600.000,00	0,00	984.120,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	727.217,00	0,00	727.217,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.107.959,00	0,00	1.107.959,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. O item, portanto, não é aplicável à Companhia.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia não reconheceu remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, e também não pretende reconhecer em relação ao exercício social corrente. O item, portanto, não é aplicável à Companhia.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia não reconheceu remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, e também não pretende reconhecer em relação ao exercício social corrente. O item, portanto, não é aplicável à Companhia.

8.7 Opções em aberto

Não há quaisquer opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em relação ao final do último exercício social. O presente item, portanto, não é aplicável à Companhia.

8.8 Opções exercidas

A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações. O presente item, portanto, não é aplicável à Companhia.

8.9 Remuneração baseada em ações

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. O item, portanto, não se aplica à Companhia.

8.10 Outorga de ações

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. O item, portanto, não se aplica à Companhia.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.12 Precificação das ações/opções

Não aplicável, visto que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.13 Participações detidas por órgão

ÓRGÃO	QUANTIDADE DE AÇÕES
Conselho de Administração	0
Conselho Fiscal	0
Diretoria	0

8.14 Planos de previdência

Exercício de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	5	5
Numero de Membros remunerados	0	5
Nome do Plano	N/A	Bem Viver Prev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	370.569,68
Valor acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	370.569,68
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Desligamento a partir de 1 ano de tempo de empresa, sendo: 20% entre 1 ano e 2 anos mais, chegando a 100% com 5 anos

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº total de membros	5,00	5,00	3,00	6,00	6,00	6,00	0,00	3,00	5,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	3,00	2,00	5,00	5,00	0,00	3,00	5,00
Valor da maior remuneração individual (Reais)	2.512.392,19	1.113.280,35	2.938.410,47	318.000,00	231.000,00	272.417,98	0,00	84.000,00	58.800,00
Valor da menor remuneração individual (Reais)	631.746,50	1.113.280,35	869.159,86	250.400,00	198.000,00	93.882,19	0,00	3.266,67	58.800,00
Valor médio da remuneração individual (Reais) – total da remuneração do órgão dividido pelo número de membros remunerados	1.298.165,70	1.113.280,35	1.999.516,23	284.200,00	214.500,00	147.770,50	0,00	50.540,00	58.800,00

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não se aplica, tendo em vista que a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os seus administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

2022	Nº Membros	% Remuneração
Conselho de Administração	3	25%
Diretoria Estatutária	1	14%
Conselho Fiscal	0	-

2023	Nº Membros	% Remuneração
Conselho de Administração	0	0%
Diretoria Estatutária	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%

2024	Nº Membros	% Remuneração
Conselho de Administração	0	0%
Diretoria Estatutária	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%

Previsão para 2025	Nº Membros	% Remuneração
Conselho de Administração	0	0%
Diretoria Estatutária	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%

8.18 Remuneração - Outras funções

Nos últimos 3 exercícios sociais, nenhum valor foi reconhecido no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam. O presente item, portanto, não é aplicável à Companhia.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Em função do exercício do cargo no emissor, nos últimos 3 exercícios sociais, nenhum valor foi reconhecido no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedade sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor. O presente item, portanto, não é aplicável à Companhia.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue

Não há outras informações relevantes para os fins desta seção 8.